



STVDIA LUSITANA

11

Los modelos urbanísticos, edilicios y decorativos en Lusitania

T. Nogales Basarrate, N. Barrero Martín (Eds.)



Studia Lusitana

1. M.P. REIS
Las termas y balnea romanos de Lusitania.
Mérida, 2004
2. L.J. RODRIGUES GONÇALVES
Escultura romana em Portugal: Uma arte do quotidiano.
Mérida, 2007
3. F. TEICHNER
Entre tierra y mar / Zwischen Land und Meer.
Mérida, 2008
4. T. NOGALES BASARRATE (ED.)
Ciudad y Foro en Lusitania Romana/Cidade e Foro na Lusitânia Romana.
Mérida, 2009
5. J. DE ALARCÃO; P.C. CARVALHO; A. GONÇALVES (COORD.)
Castelo da Lousa. Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002.
Mérida, 2010
6. A. DE MAN
Defesas Urbanas Tardias da Lusitânia.
Mérida, 2011
7. V. GIL MANTAS
As Vias Romanas da Lusitânia.
Mérida, 2012
8. T. NOGALES BASARRATE, M.J. PÉREZ DEL CASTILLO (EDS.)
Ciudades Romanas de Extremadura.
Mérida, 2014
9. J.M. ÁLVAREZ MARTÍNEZ; A. CARVALHO; C. FABIÃO (EDS.)
Lusitania Romana. Origen de dos pueblos/Lusitânia Romana. Origen de dois povos.
Mérida, 2015
10. T.G. SCHATTNER
Arquitectura romana en Lusitania. Breve esbozo de edificios sacros y públicos.
Mérida, 2024
11. T. NOGALES BASARRATE, N. BARRERO MARTÍN (EDS.)
Los modelos urbanísticos, edilicios y decorativos en Lusitania.
Mérida, 2025

FICHA TÉCNICA

Edita: Museo Nacional de Arte Romano

Coordinación editorial: María José Pérez del Castillo. Yolanda García García

El texto y las opiniones de este volumen son responsabilidad de los autores.

Intercambio y suscripciones:

Museo Nacional de Arte Romano
C/ José Ramón Mélida, s/n
06800 Mérida (Badajoz) España
biblioteca.mnar@cultura.gob.es

Pedido de libros:

Asociación Amigos del Museo de Arte Romano
C/ José Ramón Mélida, s/n
06800 Mérida (Badajoz) España
oficina@amigosmuseoromano.org
<https://www.cultura.gob.es/mnromano/home.html>
www.amigosmuseoromano.es

Esta publicación también se distribuye a través de Pórtico Librerías, S.A. www.porticolibrerias.es



FUNDACIÓN
DE
ESTUDIOS
ROMANOS



La publicación es parte de la ayuda PTA2024-025102-I, financiado por MICIU/AEI/10.13039/501100011033 y por el FSE+

Actividad subvencionada por el Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades en el marco del Proyecto "Augusta Emerita: Modelo urbano, arquitectónico y decorativo en Lusitania- I" Pid2020-114954gb-I00.

JUNTA DE EXTREMADURA

Grupo de Investigación Estudios de la Antigüedad. EDLA (Hum035). Catálogo de Grupos de Investigación de Extremadura SECTI (Sistema Extremeño de Ciencia, Tecnología e Innovación).

ISBN: 978-84-09-73152-7

Depósito Legal: BA-766-2025

Diseño de la serie: Ceferino López

Maquetación e Impresión: Artes Gráficas Rejas (Mérida)

Novas observações sobre o forum e o desenho urbano da cidade de *Ammaia* (S. Salvador da Aramenha, Marvão)

Carlos Fabião¹, *Universidade de Lisboa*

RESUMO

Apresentam-se alguns avanços sobre os trabalhos em curso na área do *forum* da cidade de *Ammaia*, na área do templo, no “criptopórtico” Norte do *temenos*, na porta Poente do edifício forense, com especial atenção aos aspectos relacionados com a etapa fundacional. Apresenta-se também um pórtico de uma das vias, com colunata de ordem toscana, uma realidade já conhecida na cidade, mas nunca em contexto.

Foi possível identificar distintas etapas na materialização da cidade: uma inicial em que o xisto foi o material de construção, com o granito reservado às arquitecturas públicas e uma etapa final em que esta rocha não está já disponível e a quartzite se torna dominante nas alvenarias, em associação ao granito espoliado de edifícios abandonados.

O conjunto dos elementos recolhido, embora sem datar categoricamente o edificado, indica uma etapa Júlio-Cláudia inicial para uma primeira materialização da cidade.

PALAVRAS CHAVE: *Lusitania*, arquitectura, ordem Toscana, Júlios-Cláudios.

ABSTRACT

Some advances are presented on the work in progress in the area of the forum of the city of *Ammaia*, in the temple area, in the northern cryptoporticus of the temenos, at the western door of the forensic building, with special attention to aspects related to the foundation stage. A portico of one of the roads is also presented, with a Tuscan colonnade, a feature already known in the city, but never seen in context before.

¹ Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Uniarq) cfabiao@edu.ulisboa.pt
Financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projecto UID/00698/2025 e UID/PRR/698/2025: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

It was possible to identify distinct stages in the city's development: an initial stage in which schist was the building material, with granite reserved for public architecture, and a final stage in which this rock was no longer available, and quartzite became dominant in masonry, in association with granite spoliated from abandoned buildings.

The collection of elements gathered, although not categorically dating the building, indicates an early Julio-Claudian stage for the city's initial materialisation.

KEYWORDS: *Lusitania*, architecture, Tuscan order, Julio-Claudian dynasty.

NOTA PRÉVIA

A investigação da cidade romana de *Ammaia* constitui um processo em curso, envolvendo muitos investigadores. Assim, as observações que aqui se apresentam constituem somente um pequeno avanço dos mais detalhados estudos em curso e o autor assume-se apenas como o porta-voz desse grupo que inclui Amílcar Guerra e Catarina Viegas, da Universidade de Lisboa; Trinidad Nogales Basarrate, Nova Barrero Martín, José Maria Murciano e Rafael Sabio, do Museu Nacional de Arte Romano; Joaquim Carvalho e João Aires, da Fundação Cidade de Ammaia; e os arqueólogos Daniel Moreno e Ricardo Machado. A documentação gráfica foi produzida por João Aires e pertence à Fundação Cidade de Ammaia.

I. A IDENTIFICAÇÃO DA CIDADE ROMANA DE AMMAIA

A cidade romana de *Ammaia* é hoje um sítio arqueológico junto de S. Salvador de Aramenha, Marvão, em Portugal (CNS 300), classificado como Monumento Nacional desde 1949, Decreto nº 37 450, DG, 1ª série, n.º 129 de 16 junho 1949 (IPA.00001844), não existindo qualquer aglomerado urbano sobreposto à antiga urbe.

Sobre a mesma há escassas referências na literatura antiga. Para lá das menções aos *Ammaeensibus iugis* onde haveria cristais, que Plínio-o-Velho respigou da obra perdida do autor lusitano Cornelius Bocchus (*Nat.* 37, 24; 127) – socorro-me aqui da edição comentada de Amílcar Guerra (Guerra, 1995: 138-141) –; somente na *Geographia* de Claudio Ptolemeu aparece listada entre as cidades do interior da *Lusitania*, sob a forma *Ammaea* (*Geo.* II, 5.8), mas com coordenadas que não facilitariam a sua localização. Uma vez colocada no mapa, estaria erradamente situada a Sudoeste da capital *Augusta Emerita* e não a Noroeste (**fig. 1**), veja-se a reconstituição cartográfica apresentada por Antonio Tovar (1976: *Iberien nach Ptolomaïos*).

As ruínas da *Ammaia* eram ainda visíveis no século XVI, tendo atraído a atenção dos Humanistas. André de Resende, nos seus *Libri Quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae*, publicado postumamente em 1593, menciona as ruínas da cidade situada em S. Salvador da Aramenha, onde se poderiam ver ainda abundantes testemunhos, “*Por todo aquele vale entre os montes abundam, aqui torres, ali pontes sobre os rios, mais além pavimentos de casas patrícias destruídas mas ainda com mosaicos, acolá uma conduta de água da fonte, noutra parte paredes meio desabadas e outros manifestos indícios de antiga povoação*”

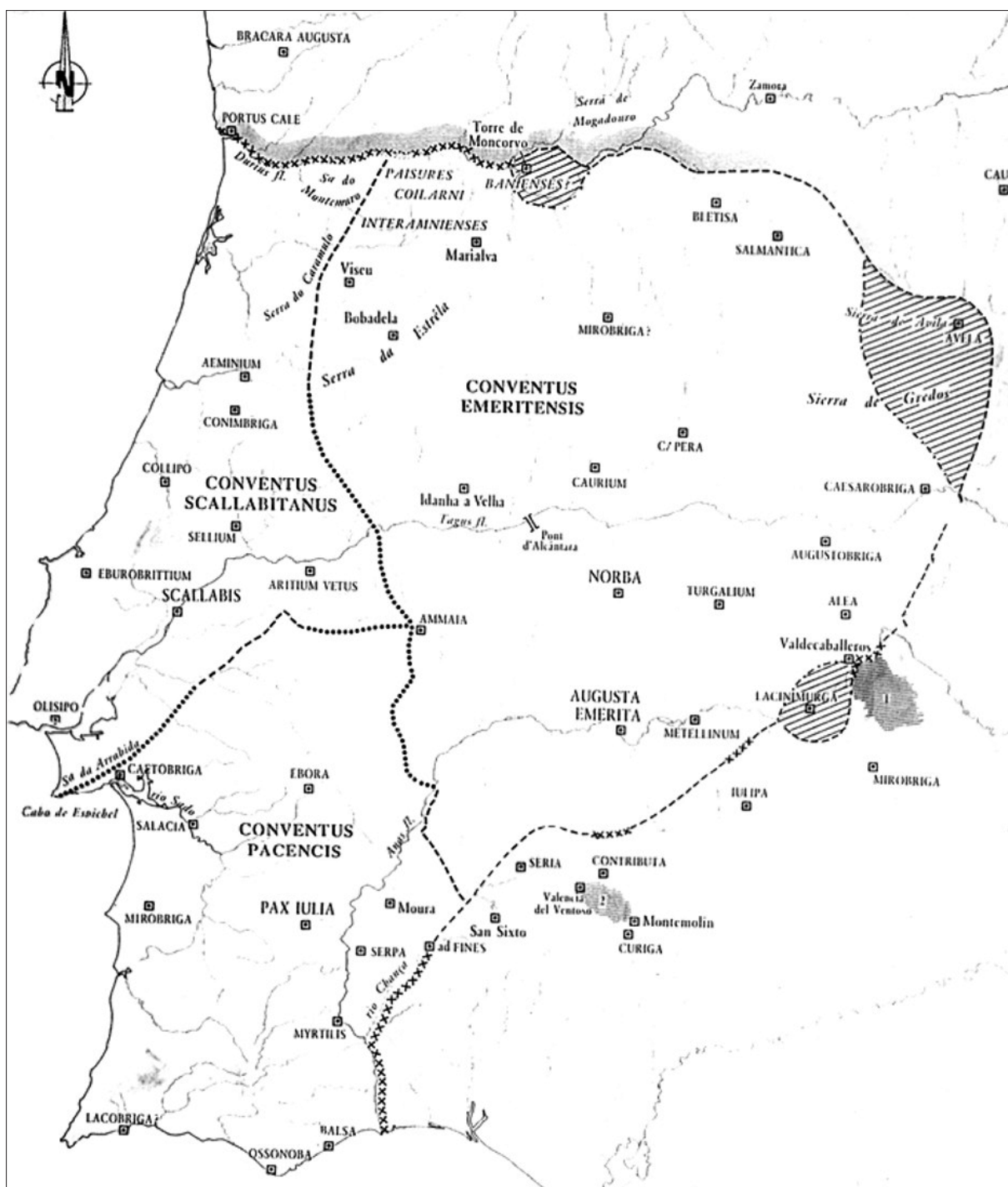


Fig. 1. Localização de Ammaia na Lusitania (base cartográfica In: *Les Villes de Lusitanie romaine: Hierarchies et territoires : table ronde internationale du CNRS, Talence, le 8-9 decembre 1988* (Collection de la Maison des pays iberiques). Paris, CNRS, 1990.

atribuindo-lhe o nome de *Meidubriga* (Resende, 1593: 43, utilizo a edição de Rosado Fernandes, 1996: 101, v. também Guerra, 1996). A lição de Resende fez caminho e foi sendo repetida, por exemplo, por Amador Arrais, que foi bispo de Portalegre e terá conhecido bem o local. Nas duas edições dos seus Diálogos refere as ruínas de Aramenha: “Ruynada de todo jaz Myrobriga, ou Medobriga, que hora se chama Aramenha, junto de Maruão sobre o rio Seuêr (...) Em meu tempo se acharão nas suas ruinas muitas columnas, e sepulturas de mármores preciosos com elegantes letras; e algumas moedas de ouro

muito bellas, das quaes veo à minha mão huma” (Arrais, 1589, Diálogo III, Cap. VIII, p. 88 vº), informação reiterada na edição seguinte, com menção a nova moeda *“Huma que se bateo, & correo no tempo de Vespasiano Censor, & de Tyto Emperador (...) & outra do tempo de Trajano como se mostra de suas inscrições*” (Arrais, 1604, Diálogo IV, Cap. X, p. 114 vº-115).

Não registou Resende o nome de *Ammaia* ou *Amaea*, mais próxima da denominação de Ptolemeu, mas vamos encontrá-la nos *escólios* à sua obra, da autoria de Diogo Mendes de Vasconcelos, que localiza em Portalegre esta antiga cidade (Vasconcelos, 1593: 255, sigo de novo a lição de Fernandes, 1996: 217). Esta relação parece ter resultado da identificação de uma epígrafe conservada na igreja do Espírito Santo, em Portalegre, com a homenagem dos munícipes ammaienses a Lúcio Vero (IRCP 616). Vasconcelos não menciona esta inscrição, mas é possível que dela tivesse conhecimento - a mais antiga referência está nos diálogos de Amador Arrais (Arrais, 1604, Capítulo VIII, p. 112).

A associação entre a cidade romana e a moderna radica nesta epígrafe, embora as informações sobre o exacto local da sua recolha sejam contraditórias, como informa um outro autor local, Diogo Pereira Sotto Mayor, que escreveu a propósito das origens de Portalegre: *“Muitas e diversas opiniões há [...] uns dizem que daquela antiga cidade que está perto de Marvão, chamada Miróbriga ou Medóbriga, foi edificada esta nossa de que vou tratando e que tomou por nome Amaia, o que parece ter alguma cor de verdade, porque eu vi e li um litreiro [sic] que está em uma vasa [sic] de coluna, na Ermida do Espírito Santo extra muros desta cidade, escrito em letras romanas [...] Suposto que outros querem dizer que a cidade que atrás falamos, chamada Medóbriga, se chamava naquele tempo Amaia, e que este pé de coluna siria [sic] trazido daí, quando se edificou aquele templo onde ora está, como também veio muita pedraria para com ela se edificar a Santa Sé desta cidade e o mosteiro insigne de Nossa Senhora da Conceição*” (Sotto Maior [1616], 1984: 36). As modernas espoliações das ruínas da cidade romana reforçam a ideia de que estas estariam ainda bem visíveis quando se realizaram as grandes obras associadas à fundação do bispado de Portalegre.

Hübner no levantamento das inscrições da Península Ibérica, duvidou sobre a localização atribuída à cidade romana - *“non definio utrum eodem loco sita fuerit quo nunc Portalegre, ubi ex-tabat titulus n. 158 [o pedestal com a homenagem a Lúcio Vero] oppidi nomen exhibens, an potius paullo magis ad septentrionem versus prope Marvao, in territorio quodam sito in montibus serra de S. Mamede dictis, quod Aramenha vocant”* (CIL, II, 1869, p. 20) -, mas a definitiva associação do nome da cidade ao sítio arqueológico de S. Salvador da Aramenha aconteceu somente com a descoberta de um cipo contendo a homenagem da *civitas ammaiensis* a Cláudio (IRCP 615), recolhido em 1931, estudado e publicado por Leite de Vasconcellos (Vasconcellos, 1935). Contudo, esta identificação tardou a incorporar-se nos discursos sobre a cidade, persistindo longamente a referência ao local como *Medobriga* (v. Guerra, 1996).

I. 1. Um longo historial de espoliação e destruição

Não foi apenas para as obras de edificação da novel diocese de Portalegre, fundada em 1549, que as ruínas da cidade romana foram sendo espoliadas, o processo seria anterior e continuou com o conhecido desmantelamento do chamado arco de Aramenha em 1710, da Porta Sul da cidade, para ser remontado em Castelo de Vide, conferindo nobreza às suas novas fortificações (Mantas, 2010). Ironicamente, apesar de ter sido arrolado na primeira lista de Monumentos Nacionais portugueses (1880),

o arco acabou por ser destruído dez anos depois, ainda antes da publicação oficial dessa primeira lista onde, naturalmente, já não figurava.

O erudito extremeño D. José de Viu, nos meados do século XIX, refere que: “*en lo que va del presente siglo han sido extraídas á Inglaterra mas de veinte lindas estatuas de muy gran mérito entre otras muchas mutiladas y de otros preciosos restos*” (Viu, 1852: 214), sendo provável que tal acção se tenha devido a uma escavação realizada por iniciativa de Archibald Campbell, comandante das forças inglesas na Guerra Peninsular, algumas décadas antes. É o que podemos deduzir do diário de Alexander Dickson, que visitou o local em 1810, por duas vezes, a segunda das quais na companhia de Archibald Campbell e comentou: “*Colonel Campblell is determined to employ some of his people in digging here [no lugar da cidade de Ammaia] to see if he can discover any thing*” (citado em Stilow; Abascal; Cebrián, 2009: 43). Embora não se possa considerar elemento de categórica comprovação, encontrámos à superfície do terreno na zona da basílica do *forum* de Ammaia um botão de cobre do 3º Regimento de *Dragon Guards*, um dos corpos militares britânicos envolvidos no conflito peninsular. Será interessante confirmar esta ideia e desejavelmente identificar estas peças.

Algumas áreas das necrópoles da cidade foram sendo afectadas e espoliadas, nos anos seguintes, valendo então a intervenção de um grande proprietário local, António Eusébio Benito Maças, que resgatou uma parte destes materiais que doou ao Estado, pelo seu relacionamento com Leite de Vasconcellos, fundador do Museu Ethnológico Português, hoje Museu Nacional de Arqueologia – veja-se a correspondência entre ambos (Oliveira e Cunha, 1999). Foi recentemente exposta e publicada a colecção Maças depositada no Museu Nacional de Arqueologia (Quaresma s/d [2015]). As meritórias acções de Maças constituíram, porém, um paliativo à espoliação e descaminho que prosseguiu nos anos seguintes, apesar do reconhecimento do valor arqueológico da região ou talvez mesmo por isso. Num livro de viagens em Portugal de duas cidadãs inglesas, nos anos 40 do século XX, podemos ler este apontamento, registado no que chamaram “*o pouco conhecido lugar de Medobriga [...] um agricultor plantava um novo olival e em redor dos buracos feitos no barro pegajoso podiam ver-se inúmeros fragmentos de olaria; os que tinham sobrevivido às enxadas dos trabalhadores, sendo inclusivamente possível adquirir algumas requintadas garrafas de vidro por quem se aproximasse e oferecesse dez xelins por cada meia dúzia*” (Bridge e Lowndes, [1949], 2009: 26).

A passagem das duas inglesas por S. Salvador da Aramenha foi anterior à classificação das ruínas da cidade romana, mas esta não parece ter conhecido efeitos práticos na defesa do local, uma vez que, de um modo ainda menos compreensível e já depois da classificação como Monumento Nacional (Decreto nº 37 450, DG, 1ª série, n.º 129 de 16 junho 1949), ter a cidade romana sido segmentada nos inícios da década de 50 do século XX pela construção da Estrada Nacional 359, que estabelece a ligação entre Castelo de Vide e Portalegre. Na construção desta via, entre outras afectações que terão existido, verificou-se o corte de um grande complexo termal público, cujas ruínas eram e são parcialmente visíveis em cota positiva, bem como o canto sudeste da basílica do *forum*.

Embora tenha havido vários trabalhos sobre as epígrafes conhecidas no local (Guerra, 1996, com bibliografia), o que restava da cidade romana continuou vedado à investigação nas décadas seguintes, por manifesta animosidade dos proprietários face a qualquer iniciativa nesse sentido, como se pode apreciar no *Relatório* de visita de inspecção de João Manuel Bairrão Oleiro do ano de 1955, onde se percebe o

peso dos poderes fácticos nos tempos do Estado Novo: “quando já estava colhendo os dados para este relatório apareceram os rendeiros a querer expulsar-me, menos por vontade própria do que pelo receio das iras da proprietária [Condessa de Monsaraz], que lhes recomendara o maior cuidado na execução das suas ordens [interdição de qualquer visita], mesmo que se tratasse dos mais altos magistrados da Nação, a menos que levassem cartão seu” (Oleiro, 1955: 2). No mesmo Relatório, Bairrão Oleiro refere múltiplas situações conhecidas de afectação do sítio e de descaminho de materiais ali recolhidos.

A situação só se alterou pela notável iniciativa do engenheiro Carlos Melancia, que adquiriu os terrenos da antiga cidade romana e sua envolvente a Norte e constituiu, em 1997, a Fundação Cidade de Ammaia com o objecto de preservar, salvaguardar, investigar e divulgar a cidade romana.

I. 2. Trabalhos arqueológicos na cidade romana de Ammaia

A aquisição dos terrenos e a constituição da Fundação Cidade de Ammaia permitiram o início dos trabalhos arqueológicos no local. Estes têm decorrido de um modo contínuo, mas com diferentes equipas e distintas estratégias de abordagem. No historial das investigações podem identificar-se quatro etapas. A primeira, decorre de 1995 a 1999, tendo incidido em diversas áreas do sítio, Porta Sul, o chamado “*peristylum*”, as termas públicas junto do *forum* e os espaços domésticos sob o edifício da Quinta do Deão (Pereira, 2009), que não interessa aqui comentar, mas também na zona do *forum*. No ano de 1995 foi realizada a limpeza da estrutura do *podium* do templo (Oliveira *et al.*, 1996: 17-18), que esteve sempre visível, como se pode apreciar no registo fotográfico realizado na década de 50 do século XX pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e pela referência explícita que ao mesmo fez Bairrão Oleiro aquando da sua visita de inspecção (Oleiro, 1955: 2).

Nos anos seguintes, escavaram-se várias quadrículas (a estratégia de escavação então adoptada) que possibilitaram a identificação de toda a frente norte do edifício forense, constituída por um “criptopórtico” em forma de *pi* a rodear um *temenos* com o templo ao centro (Pereira, 2009: 46-49 e Anexo 11). Com esta identificação, conjugada com a visível afectação do canto sudeste da basílica do *forum*, pela abertura da EN 359, ficou delimitado o complexo, razão pela qual não se percebe a posterior publicação de estimativas erradas das suas dimensões, com reflexo nas plantas apresentadas, considerando-o um dos maiores *fora* da *Lusitania*, (Mantas, 2000: 414 e Fig. 5; Pereira, 2009: 48-49 e Anexo 11; Mantas, 2010: 175, Fig. 5). O conjunto das sondagens realizadas permitiu supor a existência de uma porta lateral do lado Nascente do complexo, pela identificação de uma aduela de arco de granito, registada na quadrícula A/605 (Pereira, 2009: 48; Mantas, 2010: 175-176; Corsi, Vermeulen, 2012: 72-74).

A segunda etapa das escavações na cidade de Ammaia, de 2000 a 2006, orientou-se para outras áreas, particularmente relacionadas com a valorização do sítio e conversão da casa agrícola da Quinta do Deão em museu monográfico (Pereira, 2009: 55 e ss.), não tendo sido realizados novos trabalhos na zona do *forum*.

A terceira etapa de trabalho na cidade romana, a mais relevante para o conhecimento do seu desenho urbano, mas também da dinâmica da sua ocupação, aconteceu no âmbito de um grande projecto internacional de abordagem não invasiva: Radio Past, que decorreu entre 2009 e 2012, embora com

ensaios anteriores, pelo menos desde 2001 (Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012: 126-127) - para uma contextualização do projecto v. VV AA, 2013 e Corsi e Vermeulen, s/d [2013]; para uma síntese dos resultados Corsi; Vermeulen, 2012; Corsi, 2014, com abundantes referências a estudos parcelares anteriormente publicados (**fig. 2**).

Finalizado o projecto Radio Past e tendo por base a relevante informação gerada, a partir de 2013, a equipa da Universidade de Lisboa ocupou-se dos trabalhos na cidade romana de *Ammaia*, agora numa perspectiva invasiva, ou seja, de escavação arqueológica, usando como guia o extenso manancial de informação proporcionado pela investigação não invasiva. O principal objectivo consistia em procurar estabelecer uma datação mais concreta para a instalação e primeiros tempos da cidade romana, a que poderemos chamar a etapa fundacional e, bem entendido, estudar o ciclo da sua ocupação e respectivas transformações até ao abandono final em época medieval. Para responder a estas questões, impunha-se escolher um local que presumivelmente estaria ligado a essa etapa fundacional e constituísse lugar central na cidade, por razões óbvias, o *forum* afigurava-se o mais adequado. Em simultâneo, entendemos que seria também interessante aferir através da escavação a qualidade da informação gerada pelos métodos não invasivos.

Por se tratar *Ammaia* de uma cidade romana fundada de raiz em sítio não previamente ocupado e num momento precoce da construção da paisagem romana da *Lusitania*, importava associar à investigação quem estudava a capital, *Augusta Emerita*, por constituir seguramente a fonte de inspiração, o foco de irradiação dos modelos romanos (urbanismo, arquitectura; técnicas de construção) para a



Fig. 2. Planta da cidade de *Ammaia*, obtida por meios não invasivos, fonte: Corsi; Vermeulen, 2012.

realidade aqui presente. Assim nasceu o projecto de cooperação transfronteiriço que ainda decorre com assinalável sucesso (Nogales *et al.*, 2020).

Como referi, o presente texto não pretende apresentar de um modo sistemático a informação até à data recolhida, suficientemente rica e complexa para merecer tratamentos de cariz mais monográfico. O que aqui se expõe são alguns apontamentos considerados suficientemente interessantes sobre a organização urbana de *Ammaia*, com especial atenção à sua etapa fundacional.

II. O *FORUM*

II. 1. Estrutura

O desenho do *forum* de *Ammaia* pode aferir-se pela conjugação das sondagens ali efectuadas nos anos 90, sem esquecer o canto sudeste da basílica, afectado e parcialmente revelado pela abertura da Estrada Nacional 359, mas também e sobretudo pelos sistemáticos e criteriosos levantamentos não invasivos realizados no âmbito do Projecto Radio Past, que delimitaram bem o edifício e identificaram as suas principais componentes (Pereira, 2009: 46-49 e Anexo 1; Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012; Corsi e Vermeulen, 2012; Persichini, 2012) (**fig. 3**). O que aqui se apresenta consiste no aprofundamento e validação destas informações, obtidos através de escavações.

O edifício corresponde a um típico *forum* bloco ou tripartido, orientado a Noroeste, com um *temenos* delimitado por suposto criptopórtico e integrando um templo ao centro, uma praça ladeada por *tabernae*, antecedidas por pórticos, num arranjo claramente simétrico e uma basílica de três naves, na outra extremidade da praça, em posição oposta ao *temenos*, um modelo bem conhecido um pouco por todo o mundo romano e particularmente na *Lusitania* (Persichini, 2012) (**fig. 3**). Obedece aos preceitos construtivos vitruvianos, com um comprimento de 88,6 metros (cerca de 300 pés) e uma largura de 65, 5 metros (c. de 221 pés), um pouco mais largo do que seria expectável, se bem respeitadas as proporções, em suma, o que já estava bem delimitado na sequência das acções atrás descritas (Pereira, 2009: 46-49 e Anexo 1; Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012; Corsi e Vermeulen, 2012; Persichini, 2012).

O topo norte constituído pela área sacra, *temenos*, está delimitado por um “criptopórtico” em *pi*, integrando ao centro um templo e uma parede ao longo de toda a largura do *forum*, marcando a separação relativamente à área da praça. Esta tem cerca de 38,10 por 30,80 metros (128x104 pés), delimitada por duas fiadas de *tabernae*, antecedidas por amplos pórticos de 5, 95 m de largura (c. de 20 pés), e rematada a sul pela basílica de 13,95 metros de largura (cerca de 47 pés), com um vão na parede norte abrindo para a praça. Alguns compartimentos no lado Oeste, no enfiamento da linha das *tabernae*, mas ao que parece no interior da basílica, poderão ser espaços associados à administração (cúria, *tablinium*), mas não realizámos ainda qualquer intervenção nessa área (**fig. 3**).

II. 2. Templo e pórtico

No topo Norte e no eixo central do complexo forense, situa-se o templo, sobre um *podium* de *opus caementicium*, revestido com silharia de granito, quase toda espoliada, sendo visíveis os negativos da sua presença. Na fachada, deveria existir uma escadaria frontal, flanqueada por duas construções

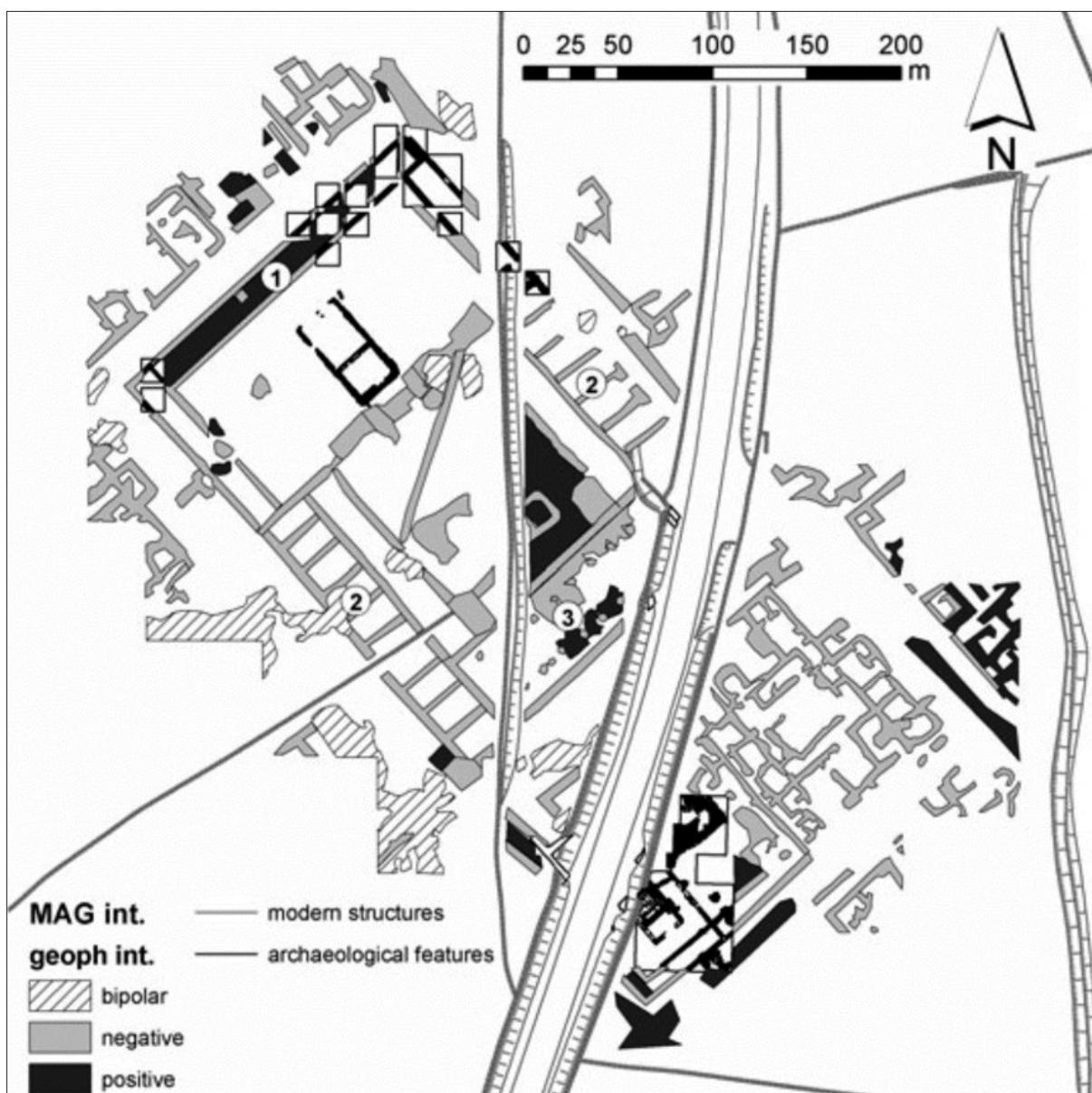


Fig. 3. Planta do *forum* de *Ammaia* obtida por meios não invasivos: 1 “criptopórtico” do *temenos*, 2 *tabernae*, 3 *basílica*, fonte: Vermeulen; Corsi; De Dapper, 2012.

salientes, que avançam na direcção da praça. Como se disse, parte deste *podium* esteve sempre visível, tendo sido objeto de limpezas e pequenas sondagens na primeira fase das escavações da *Ammaia*, a que acrescentámos algum trabalho ligeiro em anos mais recentes no topo do *podium*, mas nunca se tinha realizado qualquer intervenção na sua envolvente. Por se encontrar em boa parte a cota positiva, tampouco se realizaram prospecções não invasivas nessa área.

As escavações que ali efectuámos permitiram recuperar a fiada inferior de silhares do templo e um dos elementos da moldura, conservados na rectaguarda. Deste modo, pudemos precisar as suas dimensões: 22,6 x 10,5 m, ou seja, cerca de 76 x 35 pés, um pouco maior do que o anteriormente estimado, por se atender somente à parte visível do *podium*. Se excluirmos o embasamento da suposta escadaria de acesso, teríamos 18,8 x 10,5 m ou 63 x 35 pés, a tradicional relação 2 / 1, usualmente

registada nestes edifícios. Com fortes limitações decorrentes de trabalharmos com uma estrutura muito espoliada, parece poder tratar-se de um templo prostilo, tetrastilo, de *cella* simples, assente sobre uma subestrutura em aspa, constituída por duas paredes oblíquas, solidamente fixadas nos cantos internos da *cella*, cruzando-se num ponto central da mesma (**fig. 4**). As sondagens ali realizadas, meramente indicativas, permitiram recolher fragmentos de pequenas placas de mármore de diferentes origens e colorações, por certo elementos de uma decoração em *opus sectile*, de características difíceis de discernir, mas a diversidade cromática dos materiais não deixa lugar a dúvidas. Não conhecemos qualquer elemento de capitel, base ou fuste de coluna associado ao edifício. Um fragmento de fuste de granito com cerca de 73 cm de diâmetro (cerca de 2,5 pés), o único que presentemente conhecemos, reutilizado em construções tardias nas traseiras do templo, pelas suas dimensões, poderia ter pertencido às suas colunas, já que apresenta um diâmetro muito superior ao de outros fustes conhecidos em diferentes áreas da cidade.

A feliz circunstância de se ter conservado um dos elementos da moldura inferior do templo possibilitou a identificação do seu perfil em talão direito. A ausência dos restantes elementos, permitiu identificar também a linha de guia, rasgada na extremidade dos silhares inferiores, marcando o ponto onde

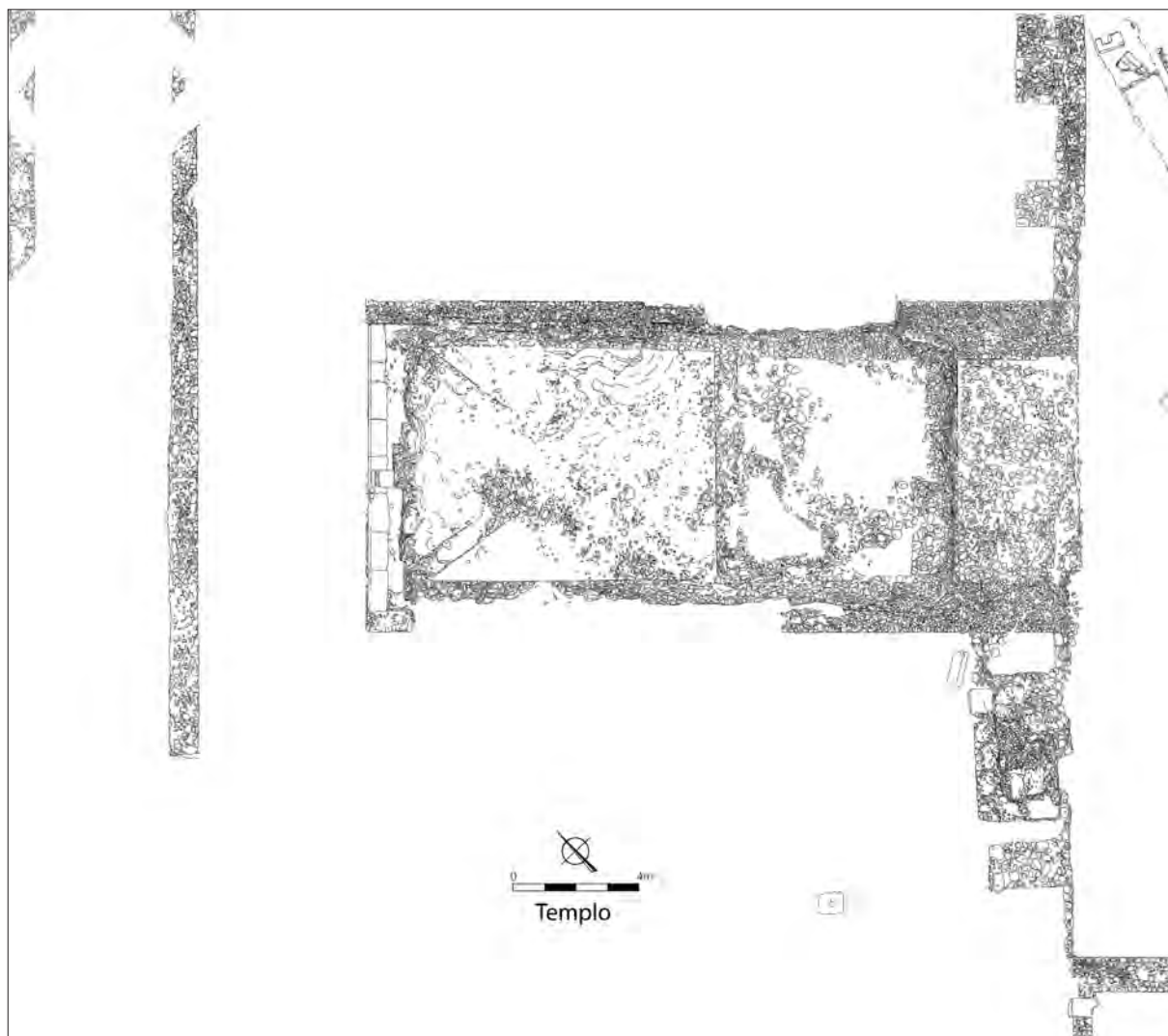


Fig. 4. Planta do templo do *forum* de Ammaia, desenho de João Aires / Fundação Cidade de Ammaia.

a moldura deveria assentar, uma interessante marca de arquitecto, invisível se a moldura se conservasse íntegra. Reconhecem-se também pequenas depressões na superfície dos silhares, destinadas a possibilitar o uso de alavancas para mover e assentar a fiada de elementos da moldura que se lhes sobrepunha (**fig. 5**). Recuperámos também entre os derrubes um elemento de canto da cornija do templo, em gola reversa. A conjugação de ambos elementos, moldura em talão direito e cornija em gola reversa, permite reconhecer o perfil do templo apesar das espoliações que sofreu, que corresponde a um modelo conhecido em outros templos forenses da *Lusitania* (**fig. 6**).



Fig. 5. Fiada inferior de silhares da rectaguarda do templo e um dos elementos da moldura inferior, bem como a linha guia deixada pelo arquitecto a indicar o lugar onde se deveria situar a moldura. São também visíveis as pequenas depressões no topo dos silhares destinadas a facilitar a movimentação dos blocos da moldura.



Fig. 6. Reconstituição do perfil do templo a partir dos elementos de moldura e cornija, fonte: João Aires / Fundação Cidade de Ammaia.

A espoliação do templo e reafecção da área posterior do *temenos* a outras funções começou ainda na Antiguidade, alvenarias grosseiras e materiais espoliados, como silhares, o mencionado fuste e até um pedestal epigrafado (Guerra, 2012-2013: 234-237) compunham construções precárias de finalidade desconhecida, onde se verifica a utilização da quartzite e fragmentos de material laterício (Fabião *et. al.*, no prelo a), um elemento de construção típico das fases tardias, como adiante se verá. Para além destas paredes, identificou-se uma zona de lareira construída com *tegulae*. Nestas unidades estratigráficas das traseiras do templo encontrámos fragmentos dispersos de ornamentos do *forum* e até um *dolium* enterrado em fossa bem como uma diversidade de materiais que sugere uma utilização prolongada com abundante residualidade de fragmentos cerâmicos mais antigos, os elementos mais interessantes para datar estas ocupações são algumas moedas da segunda metade do século IV. Em algumas zonas, detectámos restos de uma superfície de argamassa esbranquiçada que, pela cota a que se encontrava, poderá ter sido a base de assentamento de um dos pisos iniciais do *temenos*. Sob esta argamassa recolhemos uma moeda de Tibério cunhada em *Italica*, do tipo Altar [PROVIDENTIAE AVGVSTI] - RPC 64 (**fig. 7**). Embora de escasso valor datante, esta moeda, como outras encontradas na área do *forum* pode considerar-se interessante para o debate sobre a etapa fundacional da cidade (v. *infra*). Registe-se que estas estruturas tardias não foram detectadas nas prospecções não invasivas, provavelmente pela sua escassa entidade e irregularidade.



Fig. 7. Construções tardias na rectaguarda do templo, vendo-se o fragmento do grande fuste reutilizado, bem como a lareira sobre base de *tegulae* e restos da argamassa esbranquiçada base de um primitivo piso.

Como interessava conhecer a construção nos seus múltiplos aspectos e desejavelmente obter datações precisas para a obra, realizámos uma intervenção em profundidade junto do canto Noroeste do *podium*. A escavação foi esclarecedora, no que respeita ao considerável investimento edilício, mas absolutamente nula no que concerne à sua datação precisa. O templo foi construído sobre uma sequência de dois potentes massames de *opus caementicium*, por sua vez, assentes sobre um enrocamento constituído por toscos blocos de pedra de apreciável dimensão (**figs. 8 e 9**). A técnica consistiu em escavar uma cavidade, que foi preenchida por esta sequência, ou seja, não encontrámos qualquer vala de fundação em torno de eventual cofragem, foi simplesmente a escavação e alguma mobilização de terras que enformou os dois massames de *caementicium* e toda a terra envolvente apresentou-se estéril de materiais arqueológicos. Somente junto do canto noroeste do primeiro massame de *opus caementicium*, assentando sobre uma superfície que assinalava o contacto entre os dois embasamentos, identificámos um conjunto de elementos de xisto de apreciável dimensão, que poderiam eventualmente ter sido usados para conformar uma cofragem ou algo de similar. Contudo, quer as suas características quer a sua dispersão não permitem conclusões categóricas, para lá do registo da sua presença, materiais geologicamente alógenos e sem qualquer indício de terem sido usados na construção propriamente dita. O substrato do lugar onde se ergueu a cidade é maioritariamente constituído por xistos, mas muito frágeis (Taelman *et al.* 2012), bem diferentes na sua composição aos elementos identificados. Como adiante se verá, é interessante registar a presença do xisto neste contexto antigo.



Fig. 8. Alicerces do templo, constituídos por dois massames sobrepostos de *opus caementicium*, assentes sobre um enrocamento de grandes blocos pétreos. Note-se a presença dos xistos no nível de contacto entre os dois massames.



Fig. 9. Detalhe do enrocamento na base do alicerce do templo.

Foi sobre este potente embasamento que se ergueu o *podium* do templo, constituído também por camadas sucessivas de *opus caementicium*, revestido pela silharia granítica espoliada na maior parte do seu perímetro, excepção feita à aludida última fileira na traseira.

Uma ampla escavação na área envolvente permitiu verificar como os construtores do templo utilizaram diferentes volumes nos blocos de *opus caementicium* para criar uma superfície horizontal numa área de notória pendente (Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012: 133-4) (**fig. 10**). Uma vez mais, por ser



Fig. 10. Diferença de cotas do alicerce de *opus caementicium*, criando uma superfície plana numa topografia em suave declive sobre a qual se ergueu o templo.

talvez a etapa fundacional, os sedimentos da envolvente do templo, bem como os que preencheram o suposto criptopórtico revelaram-se totalmente estéreis de materiais arqueológicos.

Na escavação na zona lateral poente do templo identificámos, uma vez mais, a reutilização do espaço na Antiguidade Tardia, onde elementos decorativos do *forum* se misturavam com plataformas construídas com *lateres* e um abundante registo zooarqueológico indicadores de ter esta área funcionado como açougue durante o século IV, talvez mesmo até mais tarde, quando não haveria já qualquer dimensão sacra neste espaço (Fabião *et.al.*, no prelo a).

As escavações em torno do templo, quer na parte traseira, quer nas laterais, não revelaram remodelações significativas, parecendo que a construção conservou a arquitectura original até ao abandono definitivo da sua função, não encontrámos também qualquer indício de um revestimento marmóreo, parecendo que prevaleceu a imagem do granito, certamente estucado, talvez pintado. Contudo, como estamos a lidar com um edifício muito espoliado, de que resta quase só o embasamento do *podium*, sem qualquer vestígio dos seus ornamentos, esta observação terá de ser tomada com alguma reserva. Por outro lado, as já mencionadas placas de mármore de diferentes proveniências encontradas no interior da *cella*, pela sua diversidade e escassa espessura, sugerem poder tratar-se de uma decoração de *opus sectile* cronologicamente posterior ao momento inicial de construção.

Na zona norte do *temenos*, fizemos uma sondagem profunda junto da parede exterior do criptopórtico. Foi importante para recuperar informação sobre a sua construção, uma vez que as intervenções anteriores se orientaram sempre para o interior. Percebemos que foi realizada com elementos de granito de pequena / média dimensão, num *opus incertum* regular, revestido por reboco de argamassa de cal somente conservado em algumas zonas, talvez pintada, embora não tenhamos identificado nenhum indicador nesse sentido. A parede assentava em alicerce de *opus caementicium*. Pelo exterior, não se registaram alterações na sua estrutura, que se manteve sem remodelações visíveis, ao contrário do verificado nos tramos Nascente (Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012:133-134 e Fig. 10) e Poente do “criptopórtico” (Nogales et al. 2020). A inexistência de qualquer indício de elementos arquitectónicos sobrepostos ou derrubados, não encontrámos bases ou fustes nesta extensa área escavada, conjugada com as observações realizadas no interior desta construção, a Este da zona que escavámos, reforça a ideia de que teria sido uma construção de características peculiares, análoga à identificada no edifício forense de *Augusta Emerita*: uma estrutura erguida com um cuidado *opus incertum* de granito, somente parcialmente enterrada, como se depreende da presença dos rebocos na face voltada à zona do templo (Nogales Basarrate; Álvarez Martínez, 2006) (fig. 11). Em alguns casos, esta construção parece ter sido imediatamente preenchida com terra, como se verificou em anteriores sondagens de outro tramo (Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012: 131-133 e Fig. 9). Não teria outra função para além da de permitir a elevação do edifício forense sobre a área envolvente. Não está validada a ideia de que este pórtico pudesse ter recebido colunata e cobertura, como se sugeriu em reconstituição virtual (VVAA, 2013: 32).



Fig. 11. Sondagem realizada na parede do “criptopórtico” Norte voltada ao *temenos*. Um embasamento de *opus caementicium* sobre o qual se ergueu a parede de *opus incertum* de granito, que estaria rebocada, uma comprovação de que estaria apenas parcialmente enterrada.

Também nesta zona sondada observámos a mesma estratégia de construção usada para erguer o templo: escavação do substrato sedimentar e mobilização de grandes quantidades de terra, sem que se verificasse qualquer vala de fundação posteriormente preenchida. À semelhança do sucedido na escavação realizada na área do templo, não recolhemos qualquer material arqueológico passível de datar a construção. Por se observar este plano unitário na composição do *forum*, criptopórtico e templo devem ter obedecido a um mesmo projecto de construção.

A dinâmica de utilização desta extensa construção, que envolve toda a área do *temenos* terá sido complexa, uma vez que se documentaram duas áreas com vestígios de derrubes de coberturas cerâmicas (*tegulae* e *imbrices*), no canto Noroeste e num tramo a Sudeste (Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012: 132-133, Figs. 8 e 10), bem como outras alterações, que documentámos no tramo Poente e que adiante comentarei (Nogales et al., 2020). Um mais detalhado conhecimento da dinâmica de utilização desta estrutura impõe mais escavações.

II. 3. Parede de separação da praça e estrutura hidráulica

A prospecção não invasiva do *forum* permitiu identificar uma extensa parede a toda a largura do edifício, separando a área do *temenos* da praça, rodeada por novo pórtico em frente a duas linhas de *tabernae*. De um dos lados da parede do templo que enquadrava a escadaria central, foi identificada uma anomalia e observada uma superfície empedrada, com pequenas pedras, que suscitou a ideia de poder ali situar-se um tanque de água (Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012: 134-135 e Figs, 12 e 13), com provável estrutura similar, simétrica, do lado oposto da frontaria do templo, somente conjecturada, mas plasmada na reconstituição virtual do edifício (VVAA, 2012: 32). Reforçando um pouco esta ideia, identificou-se uma anomalia linear oblíqua, por isso, divergente de todas as outras estruturas sinalizadas, cruzando toda a praça, que foi correctamente interpretada como uma condução de água, canalização ou dreno (Corsi; Vermeulen, 2012: 72-73).

As escavações possibilitaram descartar a proposta dos tanques simétricos. De facto, há um conjunto de embasamentos espoliados visíveis ao longo da parede que separa o *temenos* da praça, que poderiam ser bases de epígrafes ou estátuas, assentes na zona de contacto entre os dois espaços, não se identificando qualquer vestígio dos supostos tanques. A face desta parede voltada à praça estava bastante espoliada, pelo que em muitas zonas se observava somente o seu enchimento.

Por outro lado, na zona Nascente, identificaram-se duas grandes peças de granito relacionáveis com a intuída estrutura hidráulica: um bloco paralelepípedo, vazado ao centro, possível sumidouro, e outro, com a face superior escavada em forma de U, semelhante aos elementos usados na condução de água para o interior da cidade ou na sua circulação na área urbana (Corsi; Vermeulen, 2012: 161-163). O ponto de onde parte ou chega esta condução de água foi somente sondado, sendo necessária a ampliação e continuação da escavação para determinar a sua natureza e função no complexo forense. Contudo, de momento, pode dizer-se que se confirma a existência dessa estrutura hidráulica, seja qual for a sua função concreta (**fig. 12**). Os materiais arqueológicos recolhidos no interior desta vala eram tardios, do século IV, mas pela posição estratigráfica em que se encontravam datarão mais uma fase da sua utilização do que a etapa de construção.

Mais interessantes se revelaram os materiais recolhidos na sondagem da face interna da parede junto ao piso de pequenas pedras: fragmentos de *terra sigillata* do tipo itálico e mais uma moeda de Tibério, cunhada em Itália (RPC 64), idêntica à encontrada na traseira do templo. A presença destes materiais, embora não documentem categoricamente a etapa construtiva inicial do complexo forense, constituem seguros indicadores de que em época Júlio-Cláudia se estaria a trabalhar no local.

II. 4. Pórtico Poente e entrada do edifício forense

A escavação realizada no limite Poente do encontro entre o criptopórtico e a parede que delimita por essa banda o *forum* revelou um conjunto de realidades diferentes. Por um lado, é evidente que o criptopórtico com o seu enchimento sedimentar funcionou como área de circulação, com duas escadarias formadas por grandes degraus de granito, possibilitando, por um lado, o acesso ao *temenos*, nessa fase já com um apreciável enchimento sedimentar, elevando o seu nível de circulação; por outro, a comunicação com um corredor de acesso à praça do *forum* desde a sua entrada Poente, delimitado pela parede da primeira *taberna* do lado Noroeste da praça e a que encerra a Sul o *temenos* (Nogales *et al.*, 2020: 22-24).



Fig. 12. Parede de separação entre o *temenos* e a praça do *forum*, vendo-se os elementos que pertencerão à estrutura hidráulica identificada nas prospecções não invasivas.

A sondagem realizada nesta área, se permitiu perceber a dinâmica construtiva, enchimento com sedimento apoiado nas paredes do primitivo criptopórtico, permitindo o acesso a ambas escadarias, não revelou qualquer elemento material que possibilitasse a datação dessa renovação (Nogales *et al.*, 2020: 25-27). De qualquer modo, foi possível perceber a remodelação construtiva da parede Poente do pórtico, com uma primeira fase de construção cuidada, com blocos de granito de pequena / média dimensão, formando um *opus incertum*, obra em tudo análoga à verificada no tramo Norte, posteriormente elevada num aparelho de *opus mixtum*, onde as fiadas do paramento parietal alternavam com fiadas de *lateres* de regularização sobre as quais se ergueram alvenarias de pedra (Nogales *et al.*, 2020: 27). A principal novidade desta remodelação, para além da mudança do aparelho, é a utilização da quartzite nas alvenarias, observada também em outras áreas do complexo forense e sua envolvente.

Esta parede do pórtico terminava na entrada Poente do edifício forense, ao que tudo indica simétrica à anteriormente intuída, mais do que verdadeiramente observada, do lado Nascente (Pereira, 2009: 48; Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012: 133).

Foi construída em grande aparelho de *opus quadratum* de potente silharia granítica, conformando um vão de 3,16 m, um pouco mais de 10 pés. A silharia das jambas da porta apresenta um cuidado rebaixamento das arestas, conformando um forte almofadado rústico, voltado ao que seria um *kardo minimus*, que ladeava o *forum* pelo lado Poente. Na parte traseira das jambas situam-se, respectivamente a parede de fecho do criptopórtico, no lado Norte, e a parede da primeira *taberna*, do lado Sul, conformando um corredor de acesso à praça do *forum* com 3,90 m de largura, cerca de 13 pés.

Em um momento de cronologia difícil de precisar, provavelmente associado à remodelação da parede do criptopórtico acima mencionada, a entrada recebeu uma nova soleira, a cota mais elevada. A nova soleira, construída com quatro blocos de granito, tinha na área correspondente ao corredor de acesso à praça três outros blocos enterrados, com a face superior ao nível da soleira. Estes blocos formavam as extremidades da nova entrada, conservando os elementos metálicos das caixas dos gonzos da porta, que seria de duas folhas. Um terceiro bloco, colocado ao centro, apresenta os característicos orifícios centrais que permitiam encerrar a porta, com ferrolhos verticais (Nogales *et al.*, 2020: 22-25) (**fig. 13**). Este vão não era perceptível nas prospecções geofísicas realizadas nesta área, por razões compreensíveis: a soleira, implantada no enfiamento da parede Poente do criptopórtico fornece uma anomalia linear contínua, não deixando perceber a presença do vão. Houve, por fim uma nova remodelação, na Antiguidade Tardia, que encerrou de vez o acesso a esta entrada, pela construção de uma parede linear de alvenaria de quartzite que o fechou por completo.

Numa primeira fase, a primeira *taberna* do lado Poente do *forum* teve um vão moldurado com *lateres* que permitia a comunicação directa com o *kardo*, mas foi encerrado por uma parede de alvenaria de quartzite, anulando essa passagem (**fig. 14**). Uma vez mais, não resulta fácil datar este encerramento, visto que no interior da *taberna* foi construído um tanque que se apoia nas traseiras da parede que encerrou o vão. Sublinhe-se que esta solução construtiva de delimitação de um vão com material laterício é o único caso até ao presente documentado na cidade de *Ammaia*. Nota-se, uma vez mais, a utilização da quartzite como material de construção, solução técnica recorrente nas construções tardias.

Diante da porta de acesso ao *forum* e em posição não conforme a um derrube conservado *in situ*, foram identificados nove silhares que constituíam oito das aduelas e aquela que parece ter sido a chave de um arco monumental que conformava a entrada (**figs. 15 e 16**). Os silhares apresentam dimensões que



Fig. 13. Porta poente do *forum*, delimitada por poderosa silharia granítica almofadada. Num segundo momento, a soleira foi elevada com novos elementos de granito.



Fig. 14. Porta da *taberna* do *forum*, abrindo a Poente, para o *kardo*, com o vão moldurado em material laterício. Em momento difícil de precisar, o vão foi encerrado com blocos de quartzite, talvez na sequência da remodelação das paredes exteriores do complexo forense.



Fig. 15. Elementos do arco que formava a entrada Poente do *forum*, deslocados para a área do pórtico do *kardo*, permitindo a manutenção do eixo viário.

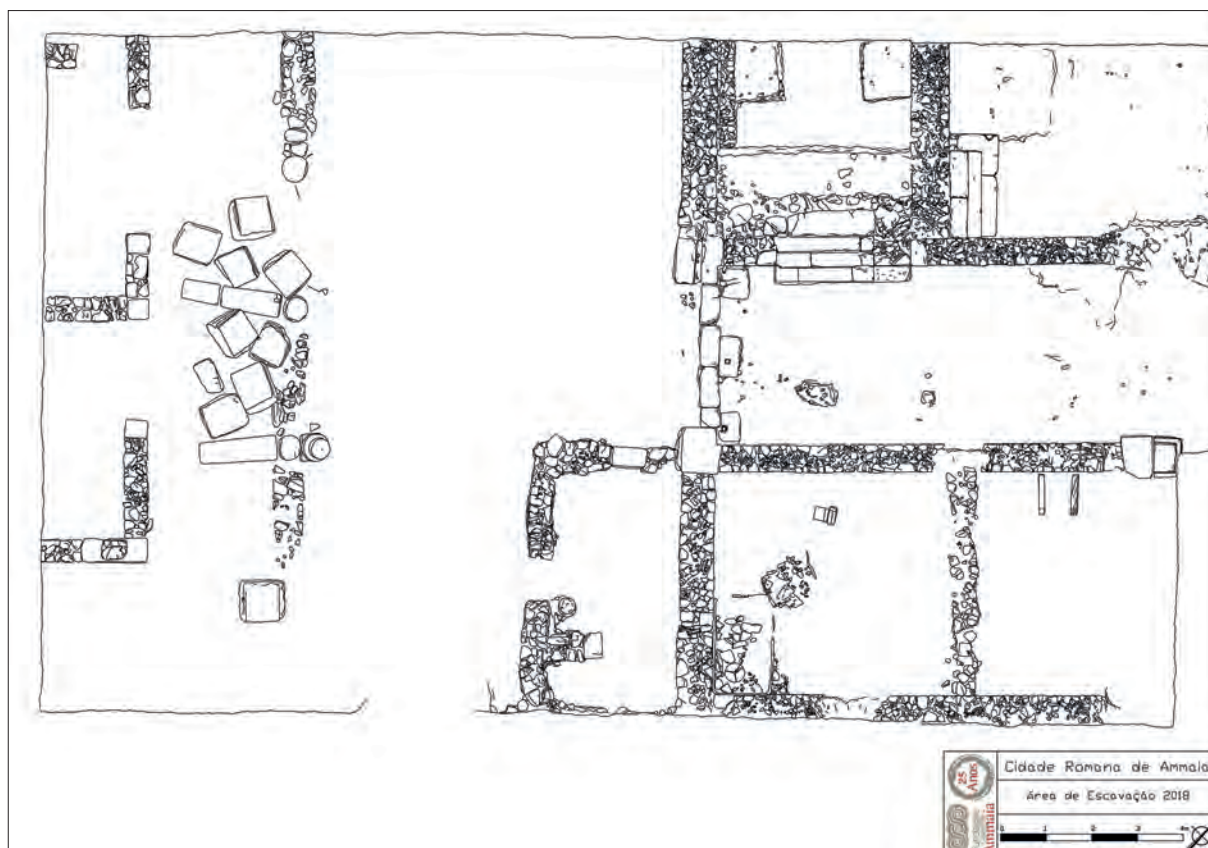


Fig. 16. Planta com representação do pórtico do *kardo*, elementos do arco de entrada deslocados. Uma construção tardia apoia-se na parede exterior do *forum*, definindo os limites da nova via, que mantém a orientação, desenho de João Aires / Fundação Cidade de Ammaia.

oscilam em torno dos 0,90 m de comprimento e os 0,33 de largura, cerca de 3 por 1,5 pés, a partir dos quais se tornou possível a reconstituição virtual do arco, que teria 3,28 m de luz, por 1,64 m de flecha, ou 11 por 5,5 pés, correspondendo a um clássico arco de volta perfeita com proporções canónicas (fig. 17). Todos os silhares apresentam um almofadado rústico análogo ao observado nos elementos das jambas e orifícios simétricos, que possibilitariam erguê-los com recurso a *forceps*. Como é habitual, estes orifícios não se encontram centrados, mas sim deslocados para uma das extremidades, para facilitar a sua movimentação quando se suspendiam. Registe-se como a composição deste arco se aproxima da observada no chamado “arco de Aramenha”, aquele que formaria a entrada da Porta Sul da cidade e que conhecemos somente pela fotografia da sua reconstrução em Castelo de Vide.

Os silhares foram deslocados do local onde teriam tombado quando a porta desmoronou, de modo a deixar livre o eixo do *kardo*. Uma observação interessante e que confirma o que se observou nas prospecções geofísicas: a manutenção e continuidade dos eixos de circulação no interior da cidade, até às etapas finais da sua ocupação (Corsi; Vermeulen, 2012). A primitiva via que flanqueava o *forum* seria muito larga, com cerca de 8,26 m, (27 pés) e, embora várias construções tardias se tenham apoiado no tardo das paredes do *forum*, tanto do lado do “criptopórtico”, como do lado da parede da *taberna* e que uma parede tenha mesmo fechado o acesso à entrada do complexo, uma vez mais, com reutilização de silharia e outros materiais espoliados, bem como abundante uso da quartzite nas alvenarias, estas construções, deixaram ainda uma via de 4,95 m (c. de 16 pés) no eixo do antigo *kardo*, que continuou a cumprir as funções de via de circulação até ao abandono final da cidade.

Do lado Poente da via, na zona para onde tinham sido deslocadas as aduelas do arco da porta da *forum*, identificámos um pórtico, não se verificando situação análoga do lado do complexo forense.

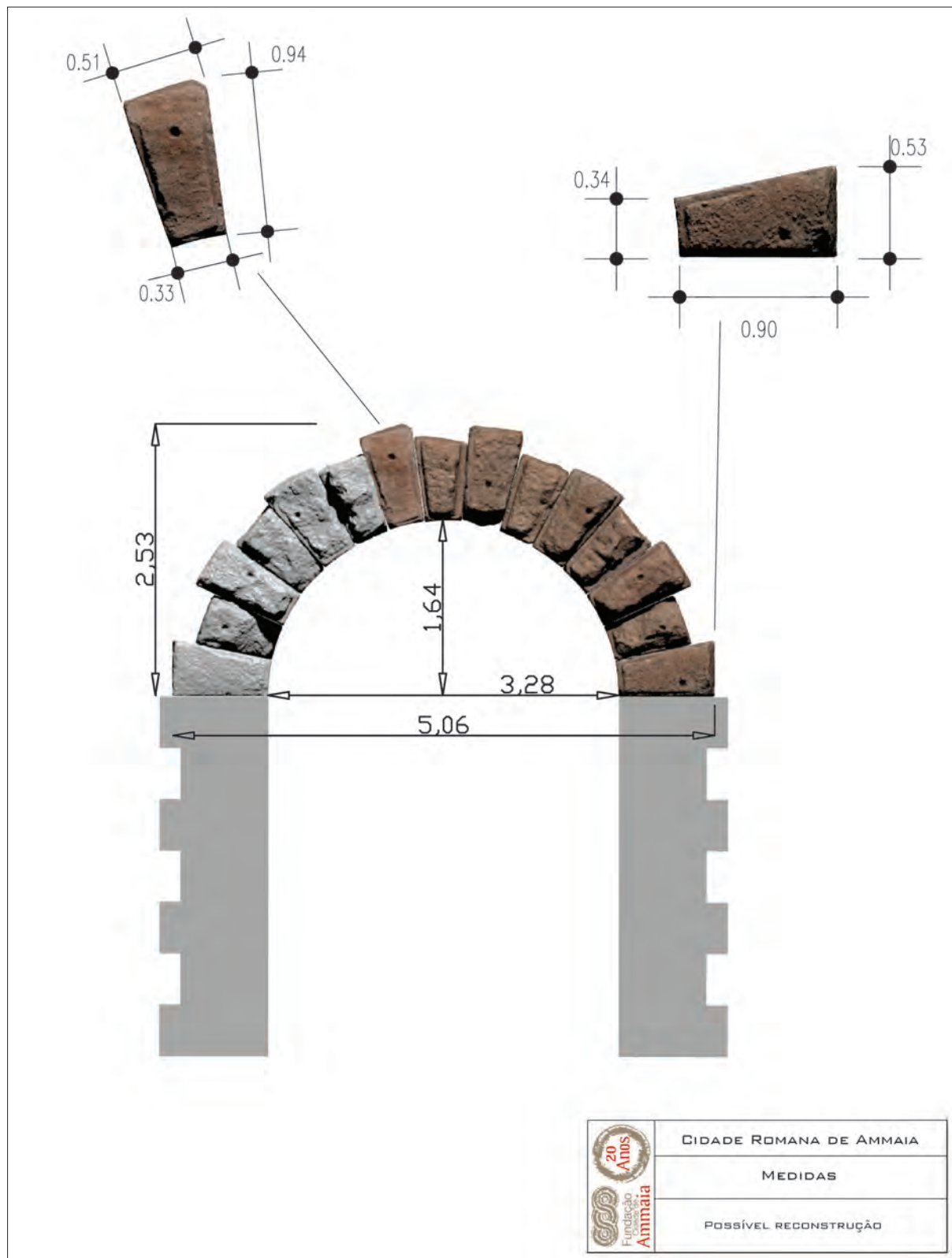


Fig. 17. Reconstituição do arco da entrada Poente do *forum* a partir dos elementos recolhidos, fonte: João Aires / Fundação Cidade de Ammaia.

III. UM DOS KARDINES QUE ACOMPANHA O FORUM DO LADO POENTE

Do lado Poente, identificámos um pórtico com quatro colunas conservadas *in situ*, embora partidas e na extremidade meridional um bloco que deveria constituir a base de outra, mas resultante de uma reconstrução / reformulação, na medida em que apresenta faces almofadadas e assenta sobre um pilar que se encontra à mesma cota daqueles sobre os quais se erguia a colonata do pórtico. Apresentava 2,77 m de largura, c. de 9 pés, e os intercolúnios definiam vãos de cerca 2,47 m entre si, excepto a quarta coluna, que tinha uma distância menor relativamente ao bloco reutilizado, marcando o final do pórtico, no eixo Norte-Sul (**figs. 15 e 16**). No limite Sul da área de escavação identificámos parte de dois blocos de granito, certamente também pilares, que deveriam sustentar colunas e configurar um novo pórtico, mas de orientação Este-Oeste. Em ambas faces superiores destes estão gravadas circunferências, com um rasgo exterior marcando o seu eixo, marcas de arquitecto, assinalando o ponto onde deveriam ser instalados os fustes das colunas (**fig. 18**).



Fig. 18. Marcas de arquitecto nos pilares que sustentariam a colonata de um novo pórtico, de orientação Este-Oeste identificados no limite Sul da área escavada.

No pórtico Poente foi possível compreender a sua história. Apresenta ordem toscana, revelada por um capitel que identificámos (**fig. 19**). Duas das colunas conservavam a totalidade dos fustes, partidos e tombados, pelo que se tornou possível a sua reconstituição virtual. Estariam assentes sobre pilares paralelepípedicos enterrados, sem bases, com cerca de 12 pés de altura (**fig. 20**). A presença de tijolos de quadrante com o mesmo módulo dos fustes permitira os ajustes necessários na configuração das colunas, sobretudo porque se conhecem as variações frequentes na altura do sumoscapo dos capitéis toscanos (Fernandes, 2001) (**fig. 21**). As colunas apresentem um diâmetro de cerca de 50 cm na base, estreitando para o topo até aos 43 cm, justamente o diâmetro apresentado pelo sumoscapo do capitel, reforçando a ideia de que este pode bem ser considerado já como parte do fuste, como bem observou Lúcia Fernandes (Fernandes, 2001).

O único capitel encontrado apresenta uma dimensão de ábaco de 58 cm de lado (c. de 2 pés) e uma altura de 11 cm, altura semelhante à do equino, com os já referidos 43 cm de diâmetro no sumoscapo (c. de 1,5 pés). Este elemento aproxima-se dos capitéis do chamado Grupo E, definido por Lúcia Fernandes no estudo que dedicou a estes elementos arquitectónicos de *Ammaia*, concretamente ao nº 12 do seu estudo (Fernandes, 2001). No caso vertente, temos a vantagem de possuir um contexto para esta peça e respectiva integração na arquitectura da cidade, o que permite supor que os outros capitéis análogos de menor escala recolhidos na cidade pertenceriam a espaços domésticos. O que já fora deduzido no estudo dos capitéis da cidade, peças fora de contexto, mas ainda assim muito abundantes, a ordem toscana teve uma particular relevância na arquitectura da *Ammaia*, como sucede na capital provincial e em várias outras cidades da *Lusitania* ocidental (Fernandes, 2008).

Embora as prospecções geofísicas tenham identificado muitas áreas porticadas no subsolo do sítio arqueológico, não registaram a presença do caso que aqui identificámos, mas documentam-se outras no seu enfiamento. Parece aceitável supor que esta solução arquitectónica poderia ter sido frequente, se não mesmo a norma na paisagem urbana.



Fig. 19. Capitel toscano do pórtico Poente do *kardo*.



Fig. 20. Reconstituição virtual da altura do pórtico, por remontagem dos elementos identificados, fonte: João Aires / Fundação Cidade de Ammaia.



Fig. 21. Montagem dos tijolos de quadrante recolhidos entre os derrubes, comprovando que apresentam a modulação das colunas.

Para lá do pórtico, pusemos a descoberto a parte da frente de duas casas, com amplos vãos abrindo ao pórtico e com as ombreiras molduradas com silhares graníticos, sendo o cunhal de uma delas também formado por um grande silhar do mesmo material. As alvenarias são pouco cuidadas e utilizam materiais diversos, quartzite, algum xisto e alguns fragmentos de *lateres* de simples uso expedito. Pelo menos uma das casas, a que se situa a Sul, tinha um piso superior que se desenvolvia por sobre o pórtico, como se aferiu pela distribuição dos seus derrubes. Não é possível perceber se essa foi uma opção inicial ou se a casa cresceu para cima do pórtico em etapa posterior. O mais interessante foi verificar que sob esta construção se encontrava uma outra mais antiga, ao que parece com a mesma planta (note-se que dispomos somente de uma informação parcial), mas totalmente construída com xisto.

A sequência estratigráfica que pudemos observar indica que esta *Ammaia* de xisto é coeva do pórtico construído em granito ou, eventualmente, um pouco anterior, mas tendo seguramente convivido com o dito pórtico (**figs. 22 e 23**). Somente mais tarde os grandes blocos de granito que molduram os vãos das casas e marcam o cunhal da casa Sul, associados às alvenarias de materiais distintos, formaram nova(s) casa(s) sobreposta(s) à(s) anterior(es). Como apenas observámos o exterior destas construções sobrepostas não conseguimos datar esta transformação, mas parece claro que, num primeiro momento, o granito destinaria somente às construções públicas e só mais tarde o seu uso se estendeu às arquitecturas domésticas.

Em etapa mais tardia, paredes de alvenaria pouco cuidada encerraram os intercolúnios, fechando o pórtico e destinando a sua área a outras funções, talvez residenciais. Nestas etapas, renovação da casa e fecho dos intercolúnios, as colunas permaneciam de pé e foi mesmo possível identificar um caso em que foi colocado um calço de xisto em uma delas, certamente para assegurar uma melhor estabilidade. Finalmente, quando as colunas colapsaram, o espaço terá sido abandonado, possibilitando a acumulação



Fig. 22. Perspectiva das paredes exteriores das casas (*tabernae?*) do pórtico Poente, vendo-se uma primeira fase de construção que utilizou somente o xisto, sobreposta por outra onde o granito marca as ombreiras e cunhal. É visível a relação entre esta etapa de construções de xisto e o pórtico de granito.



Fig. 23. Perspectiva do pórtico poente e das duas casas identificadas.

das aduelas do arco da entrada do *forum*, entretanto também tombado. Quanto à sequência mais tardia, de construção de novos espaços no tardo das paredes do complexo forense só poderemos deduzir que tais espaços conviveram com a ruína da parte Poente do eixo viário. Nesta zona, persistia a ocupação e uso da cidade, embora os seus habitantes convivessem com as ruínas.

De um ponto de vista cronológico, não se afigura fácil uma datação precisa destas distintas etapas de transformação. Será necessário processar e estudar o conjunto do acervo recolhido, sem esquecer que a zona mais extensamente escavada é a via, local onde por definição tende a existir grande acumulação de material residual. Contudo, obtivemos aqui informações relevantes sobre a etapa inicial. Recolhemos nos níveis de inferiores destas sequências estratigráficas, junto da base do pórtico, um significativo acervo de *terra sigillata* itálica, bem como moedas, que incluem cunhagens de Tibério de *Augusta Emerita* (RPC 42) e de *Calagurris* (RPC 448), um conjunto de materiais que consolida a ideia de um início da materialização urbana de *Ammaia* em época Júlio-Cláudia precoce, robustecendo substancialmente o magro acervo de *sigillata* itálica e de numismas desta época até à data conhecidos (Fabião *et.al.*, no prelo b).

IV. CONCLUINDO: ALGUMAS OBSERVAÇÕES E AINDA MUITAS INTERROGAÇÕES

Sublinhando uma vez mais que será ainda necessário o estudo mais detalhado dos acervos materiais recolhidos nas escavações da área central da cidade de *Ammaia* para melhor definir as principais etapas de transformação observadas, algumas observações se podem presentemente alinhar.

Em primeiro lugar, refira-se o imenso privilégio que é trabalhar sobre uma cidade romana sem qualquer aglomerado moderno sobreposto e dispondo de uma extensa e detalhada informação, resultante de criteriosas prospecções não invasivas em toda a sua área, circunstância inédita no contexto da *Lusitania*. O cruzamento da informação resultante das acções não invasivas com as intervenções de escavação permite-nos afirmar que tudo aquilo que é visível nas imagens geradas pela detecção remota corresponde a realidades conservadas no subsolo, havendo a circunstância de nem sempre os detalhes concretos poderem ser apreendidos sem o recurso à escavação, veja-se o caso da porta do recinto forense, não discernível a partir dos registos disponíveis. Verifica-se também que há realidades no subsolo que não foram documentadas nas prospecções, como as construções tardias, por exemplo. Mas, naturalmente, esta é somente uma questão supletiva, não o tema mais relevante.

As principais conclusões que resultam dos trabalhos realizados quer no *forum* quer no *kardo* Poente e respectivo pórtico, se não possibilitaram datações categóricas para a sua construção, forneceram um robusto acervo de cronologia Júlio-Cláudia para uma presença no local. Nestes trabalhos recolhemos um conjunto de fragmentos e de marcas de *terra sigillata* itálica que duplica o número de indivíduos relativamente ao que se conhecia antes, depois de décadas de trabalhos na *Ammaia* – compare-se Fabião *et al.*, no prelo b com Quaresma, 2021: 159-160; e o mesmo se pode dizer do acervo numismático, que também acrescentou um número significativo de exemplares em face do anteriormente conhecido (Ruivo, 2014: 336-337), como as mencionadas moedas do Principado de Tibério aos quais se acrescentam dois denários de Augusto, cunhados em *Lugdunum*, (RIC 207), encontrados em duas áreas distintas da zona Poente do *forum*. Temos assim, de um modo consistente, uma cronologia mais antiga do que se vinha supondo para o início da ocupação e configuração da área urbana. Quando a *civitas ammaiensis* homenageou em cipo de mármore o Imperador Cláudio (IRCP 615) a cidade deveria ter já suficiente entidade para acolher o memorial da homenagem, um elemento que ficaria seguramente bem no seu *forum*.

Interessante parece também o reconhecimento da dinâmica inicial da cidade, no que diz respeito aos materiais de construção utilizados. O granito, provavelmente, procedente das pedreiras da Pitaranha (Taelman *et al.*, 2012), foi utilizado nas edificações públicas, nos pórticos do *forum* e do *kardo*, bem como

no templo, forneceu ainda um considerável acervo de menor entidade presente nas paredes de *opus incertum*. Nas arquitecturas domésticas da fase inicial foi o xisto o material de construção e o granito só começou a ser usado mais tarde. Naturalmente, só com futuros trabalhos, incidindo no interior das casas identificadas no lado poente do *kardo*, poderemos precisar as cronologias destas duas etapas, aquela que somente usa o xisto e a outra, posterior, em que o granito passou a estar disponível para alguns detalhes das construções domésticas, ombreiras de vãos, cunhais. Ao que parece, a exploração e uso desta rocha já não existia nas fases tardias ou pelo menos estaria bastante limitada a sua disponibilidade. Aí, a quartzite é utilizada massivamente e os elementos de granito presentes nas construções resultam sobretudo de reutilização de material espoliado de edifícios mais antigos já sem uso.

Sobre o material laterício pouco se poderá dizer, de momento. Parece clara a sua utilização pontual em fase antiga, na moldura do vão de acesso à *taberna*, mas também na produção de tijolos de quadrante para a composição das colunas dos pórticos. Mais tarde, este material foi usado na *opera mixta* da renovação da parede Poente do edifício forense. Na zona da Porta Sul da cidade, essa técnica está presente na edificação das torres que flanqueavam a entrada, datadas de época Flávia (Pereira, 2009: 61 e seguintes).

A cal usada no *opus caementicium* poderia obter-se a curta distância nas formações calcárias da Escusa, onde foram historicamente importantes as suas caleiras.

Naturalmente, tenho presente de que dispomos somente de pequenas “janelas” de leitura destas dinâmicas urbanas, que carecem todas de mais robusta sustentação.

Na composição da paisagem urbana foi possível comprovar o uso da ordem toscana na composição do pórtico de um dos *kardines* secundários. Desde os trabalhos realizados sobre o conjunto de capitéis associados à *Ammaia* tinha ficado clara a relevância desta opção estética (Fernandes, 2001), em conformidade com o observado em *Augusta Emerita* e em outras cidades fundadas de raiz na *Lusitania* ocidental (Fernandes, 2008), mas aqui, pela primeira vez, pudemos registar o seu uso em contexto na cidade romana.

Olhando para o desenho urbano de *Ammaia* e para os detalhes conhecidos, resulta claro que esta cidade fundada de raiz em lugar não previamente ocupado resultou de uma cuidada planificação segundo os cânones romanos. Nos nossos trabalhos tivemos a felicidade de identificar algumas marcas de arquitectos, que nos remetem directamente para os agentes envolvidos no desenho da cidade e dos seus edifícios, algo que somente tinha sido observado por Theodor Hauschild no templo de Évora (Hauschild, 1986). Não conhecemos o nome desses agentes e a sua presença estava naturalmente implícita na paisagem urbana, mas resulta interessante registar estes pequenos apontamentos da sua intervenção concreta.

Estes avanços, sendo importantes em si, constituem também o caderno de encargos de futuras pesquisas, essenciais para uma melhor fundamentação do que ficou dito, indispensáveis para verificar algumas interrogações não esclarecidas. Enfim, um longo e estimulante caminho que continuamos e continuaremos a trilhar, sabendo que na investigação arqueológica o tom é mesmo o do conhecido poema de Antonio Machado: *no hay camino se hace camino al andar*. Assim vamos.

BIBLIOGRAFIA

- ARRAIS, D. FREI AMADOR, 1589: *Dialogos de Dom Frei Amador Arraiz Bispo de Portalegre*. Coimbra, Antonio Mariz Impressor.
- ARRAIS, D. FREI AMADOR, 1604: *Dialogos de Dom Frey Amador Arraiz... - Revistos, e acrescentados pelo mesmo autor nesta segunda impressão*. Coimbra: na officina de Diogo Gomez Loureiro.
- BRIDGE, A. e LOWNDES, S., [1949] 2009: *Duas inglesas em Portugal. Uma viagem pelo país nos anos 40. Tradução portuguesa de The Selective Traveller in Portugal, London: Evans Brothers Limited por Jorge Almeida e Pinho*, Porto: Quidnovi.
- CORSI, C. (dir.), 2014: *Ammaia II. The excavation contexts 1994-2011*. Ghent: Academia Press.
- CORSI, C. e VERMEULEN, F. (dir.), 2012: *Ammaia I: The Survey. A Romano-Lusitanian Townscape revealed*. Ghent: Academia Press.
- CORSI, C. e VERMEULEN, F., s/d [2013]: *Six years of research in Ammaia, building a European field laboratory for non-destructive archaeological survey*. Marvão: Fundação Cidade de Ammaia.
- ENCARNAÇÃO, J. D', 1984: *Inscrições romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra 1984. 2 vols.
- FABIÃO, C., BARRERO MARTIN, N., VIEGAS, C., NOGALES BASARRATE, T., GUERRA, A., MURCIANO, J. M., SABIO, R., CARVALHO, J., AIRES, J., MORENO RODRÍGUEZ, D., MACHADO, R., (no prelo a): "The city of Ammaia (Portugal) in "dark ages"", in *EMCITY 22, New approaches to Early Medieval Cities in the Northwest of the Iberian Peninsula*, Idanha-a-Nova, 24 a 26 de novembro de 2022.
- FABIÃO, C., NOGALES, T., BARRERO, N., GUERRA, A., CARVALHO, J., MURCIANO, J. M., SABIO, R., VIEGAS, C., BORGES, S., MACHADO, R. L. e MORENO, D., (no prelo b): "Novos dados sobre a etapa fundacional do fórum da cidade romana de Ammaia (Marvão)", in *Actas das VII Congresso da SECAH (Lisboa, 2024)*.
- FERNANDES, L., 2001: "Capitéis Romanos de Ammaia (S. Salvador de Aramenha – Marvão)", *O Arqueólogo Português*, série IV, 19: 95-158.
- FERNANDES, L., 2008: "A ordem toscana na Lusitânia ocidental: problemática e caracterização do seu emprego: a propósito das peças reutilizadas da Igreja de S. Pedro de Lourosa (Coimbra)", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 11, número 2: 231–270.
- GUERRA, A., 1995: *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: ed. Colibri.
- GUERRA, A., 1996: "Ammaia, Medobriga e as Ruínas de S. Salvador de Aramenha. Dos Antiquários à Historiografia Actual", in *A Cidade Revista Cultural de Portalegre*, 11 (nova série): 7-33.
- GUERRA, A., 2012-2013: "O projecto de investigação em Ammaia e os seus mais recentes contributos epigráficos", *Anas*, 25-26: 223-245.
- GUERRA, A., 2021: "Ammaia", in Nogales Basarrate, T. (ed.), *Ciudades Romanas de Hispania I*, Hispania Antigua, Serie Arqueológica 13, Mérida-Roma, L'Erma di Bretschneider: 177-186.
- HAUSCHILD, T., 1986: "Investigações efectuadas no templo de Évora em 1986", in *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1, Évora: IPPC: 93-98.
- HÜBNER, A., 1869: CIL II, *Inscriptiones Hispaniae Latinae* consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae edidit Aemilius Hübner.
- IRCP v. ENCARNAÇÃO, J. D', 1984.
- MANTAS, V. GIL, 2000: "A sociedade luso-romana do município de Ammaia", in Gorges, J.-G. e Nogales Basarrate, T. (eds.), *Sociedad y cultura en Lusitania romana (IV Mesa Redonda Internacional)*, Mérida, Junta de Extremadura: 391-420.

- MANTAS, V. GIL, 2010: “O Arco da Aramenha em Castelo de Vide”, *Humanitas*, 62: 321-336.
- NOGALES BASARRATE, T. e ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M., 2006: “Foros de Augusta Emerita. Espacios y símbolos de poder en Hispania”, in Navarro Caballero, M. e Roddaz, J.-M. (eds.), *La transmission de l'idéologie impériale dans l'Occident romain*, Pessac: Ausonius Éditions: 129-177.
- NOGALES, T., BARRERO, N., MURCIANO, J. M., SABIO, R., FABIÃO, C., GUERRA, A. e CARVALHO, J., 2020: “Lusitania: investigación y proyecto arqueológico en la ciudad romana de Ammaia. Primeros resultados y expectativas de futuro”, *Informes y Trabajos. Excavaciones en el exterior*, 19: 16-32.
- OLEIRO, J. M. BAIRRÃO, 1955: *Sobre as ruínas de Aramenha*, Relatório da visita de inspecção ao local, pelo relator, vogal da 2ª subsecção, da 6ª secção da Junta Nacional de Educação, dactilografado.
- OLIVEIRA, J. e CUNHA, S. S. S., 1999: “A cidade romana de Ammaia na correspondência entre António Maçãs e Leite de Vasconcelos”, *O Arqueólogo Português*, IV série, 11-12: 103-134.
- OLIVEIRA, J., FERNANDES, I. C., CAEIRO, J. O. S. e outros [sic] 1996: Cidade de Ammaia, Marvão. *Ibn Maruán*, 6: 15-22.
- PEREIRA, S., 2009: *A cidade romana de Ammaia. Escavações Arqueológicas 2000-2006*. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Marvão.
- PERSICHINI, S., 2012: Some considerations on the tripartite foruns [sic] of the Roman cities in ancient Lusitania, *Conimbriga*, 51: 35-74.
- QUARESMA, J. C., s/d [2015]: *Ad Aeternitatem. Os espólios funerários de Ammaia a partir da colecção Maçãs do Museu Nacional de Arqueologia*. Évora: Universidade de Évora, Museu Nacional de Arqueologia e Fundação Cidade de Ammaia.
- QUARESMA, J. C., 2021: *Le Commerce de Céramiques Fines à Ammaia. Une Ville du Sud de la Lusitanie (50 – 550 Apr. J.-C.)*. Oxford: Arcaheopress.
- RESENDE, A., [1593] 1996: *As Antiguidades da Lusitânia. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RUIVO, J. C., 2014: “V.7 As Moedas”, in Corsi, C. (dir.) *Ammaia II. The excavation contexts 1994-2011*. Ghent: Academia Press: 335-351.
- SOTTO MAIOR, D. PEREIRA, [1616] 1984: *Tratado da cidade de Portalegre. Introdução, leitura e notas de Leonel Cardoso Martins*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda / Câmara Municipal de Portalegre.
- STYLOW, A., ABASCAL, J. M. e CEBRIÁN, R., 2009: (apresentação de José d'Encarnação) – *Marvão e Ammaia ao tempo das Guerras Peninsulares*. Marvão: Ed. Colibri e Câmara Municipal de Marvão.
- Taelman, D., Vermeulen, F., De Dapper, M. e De Paepe, P., 2012: “The Stones of Ammaia: Use and Provenance”, in Gutiérrez, A., Lapuente Mercadel, M. P. e Rodà de Llanza, I. (eds.), *Interdisciplinary Studies on Ancient Stones. Proceedings of the IX Association for the Study of Marbles and Other Stones in Antiquity (ASMOSIA) Conference in Tarragona, 2009*. Tarragona: ICAC: 117-126.
- TOVAR, A., 1976: *Iberische Landeskunde: Die Völker und die Städte des antiken Hispanien. Las tribus y las ciudades de la antigua Hispania. II: Lusitanien*. Baden Baden: Verlag Valentin Koerner.
- VV AA (Vários Autores), 2013: *Ammaia: A Roman town in Lusitania / Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Évora: CIDEHUS – Universidade de Évora.
- VASCONCELLOS, J. LEITE DE, 1935: Localização da cidade de Ammaia. *Ethnos*, 1: 5-9.
- VERHEGGE, J., 2012: “II 5.E The forum integrated survey”, in Corsi, C. e Vermeulen, F. (dir.), *Ammaia I: The Survey. A Romano-Lusitanian Townscape revealed*. Ghent: Academia Press: 91-103.
- VERMEULEN, F., CORSI, C. e DE DAPPER, M., 2012: “Surveying the Townscape of Roman Ammaia in Portugal: An Integrated Geoarchaeological Investigation of the Forum Area”, in *Geoarchaeology an International Journal*, 27 (2):123-139.

VIU, D. J. DE, 1852: *Estremadura. Colección de sus Inscripciones y Monumentos, seguida de Reflexiones Importantes sobre lo pasado, lo presente y el provenir de estas provincias*. Madrid: Imprenta de D. Pedro Montero.

Hipertextos:

Cidade Romana de Ammaia, Portal do Arqueólogo

<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=48078>

Consultado em junho de 2024

Cidade Romana de Ammaia, SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=1844

Consultado em junho de 2024



STVDIA
LUSITANA



FUNDACIÓN
DE
ESTUDIOS
ROMANOS



MINISTERIO
DE CIENCIA, INNOVACIÓN
Y UNIVERSIDADES



Cofinanciado por
la Unión Europea



AGENCIA
ESTATAL DE
INVESTIGACIÓN



MINISTERIO
DE CULTURA



MAR
MUSEO
NACIONAL
DE ARTE
ROMANO

JUNTA DE EXTREMADURA



MÉRIDA
AYUNTAMIENTO



fundación

Novas observações sobre o forum e o desenho urbano da cidade de *Ammaia* (S. Salvador da Aramenha, Marvão)

Carlos Fabião¹, *Universidade de Lisboa*

RESUMO

Apresentam-se alguns avanços sobre os trabalhos em curso na área do *forum* da cidade de *Ammaia*, na área do templo, no “criptopórtico” Norte do *temenos*, na porta Poente do edifício forense, com especial atenção aos aspectos relacionados com a etapa fundacional. Apresenta-se também um pórtico de uma das vias, com colunata de ordem toscana, uma realidade já conhecida na cidade, mas nunca em contexto.

Foi possível identificar distintas etapas na materialização da cidade: uma inicial em que o xisto foi o material de construção, com o granito reservado às arquitecturas públicas e uma etapa final em que esta rocha não está já disponível e a quartzite se torna dominante nas alvenarias, em associação ao granito espoliado de edifícios abandonados.

O conjunto dos elementos recolhido, embora sem datar categoricamente o edificado, indica uma etapa Júlio-Cláudia inicial para uma primeira materialização da cidade.

PALAVRAS CHAVE: *Lusitania*, arquitectura, ordem Toscana, Júlios-Cláudios.

ABSTRACT

Some advances are presented on the work in progress in the area of the forum of the city of *Ammaia*, in the temple area, in the northern cryptoporticus of the temenos, at the western door of the forensic building, with special attention to aspects related to the foundation stage. A portico of one of the roads is also presented, with a Tuscan colonnade, a feature already known in the city, but never seen in context before.

¹ Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Uniarq) cfabiao@edu.ulisboa.pt
Financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projecto UID/00698/2025 e UID/PRR/698/2025: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

It was possible to identify distinct stages in the city's development: an initial stage in which schist was the building material, with granite reserved for public architecture, and a final stage in which this rock was no longer available, and quartzite became dominant in masonry, in association with granite spoliated from abandoned buildings.

The collection of elements gathered, although not categorically dating the building, indicates an early Julio-Claudian stage for the city's initial materialisation.

KEYWORDS: *Lusitania*, architecture, Tuscan order, Julio-Claudian dynasty.

NOTA PRÉVIA

A investigação da cidade romana de *Ammaia* constitui um processo em curso, envolvendo muitos investigadores. Assim, as observações que aqui se apresentam constituem somente um pequeno avanço dos mais detalhados estudos em curso e o autor assume-se apenas como o porta-voz desse grupo que inclui Amílcar Guerra e Catarina Viegas, da Universidade de Lisboa; Trinidad Nogales Basarrate, Nova Barrero Martín, José Maria Murciano e Rafael Sabio, do Museu Nacional de Arte Romano; Joaquim Carvalho e João Aires, da Fundação Cidade de Ammaia; e os arqueólogos Daniel Moreno e Ricardo Machado. A documentação gráfica foi produzida por João Aires e pertence à Fundação Cidade de Ammaia.

I. A IDENTIFICAÇÃO DA CIDADE ROMANA DE AMMAIA

A cidade romana de *Ammaia* é hoje um sítio arqueológico junto de S. Salvador de Aramenha, Marvão, em Portugal (CNS 300), classificado como Monumento Nacional desde 1949, Decreto nº 37 450, DG, 1ª série, n.º 129 de 16 junho 1949 (IPA.00001844), não existindo qualquer aglomerado urbano sobreposto à antiga urbe.

Sobre a mesma há escassas referências na literatura antiga. Para lá das menções aos *Ammaeensibus iugis* onde haveria cristais, que Plínio-o-Velho respigou da obra perdida do autor lusitano Cornelius Bocchus (*Nat.* 37, 24; 127) – socorro-me aqui da edição comentada de Amílcar Guerra (Guerra, 1995: 138-141) –; somente na *Geographia* de Claudio Ptolemeu aparece listada entre as cidades do interior da *Lusitania*, sob a forma *Ammaea* (*Geo.* II, 5.8), mas com coordenadas que não facilitariam a sua localização. Uma vez colocada no mapa, estaria erradamente situada a Sudoeste da capital *Augusta Emerita* e não a Noroeste (**fig. 1**), veja-se a reconstituição cartográfica apresentada por Antonio Tovar (1976: *Iberien nach Ptolomaïos*).

As ruínas da *Ammaia* eram ainda visíveis no século XVI, tendo atraído a atenção dos Humanistas. André de Resende, nos seus *Libri Quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae*, publicado postumamente em 1593, menciona as ruínas da cidade situada em S. Salvador da Aramenha, onde se poderiam ver ainda abundantes testemunhos, “*Por todo aquele vale entre os montes abundam, aqui torres, ali pontes sobre os rios, mais além pavimentos de casas patrícias destruídas mas ainda com mosaicos, acolá uma conduta de água da fonte, noutra parte paredes meio desabadas e outros manifestos indícios de antiga povoação*”

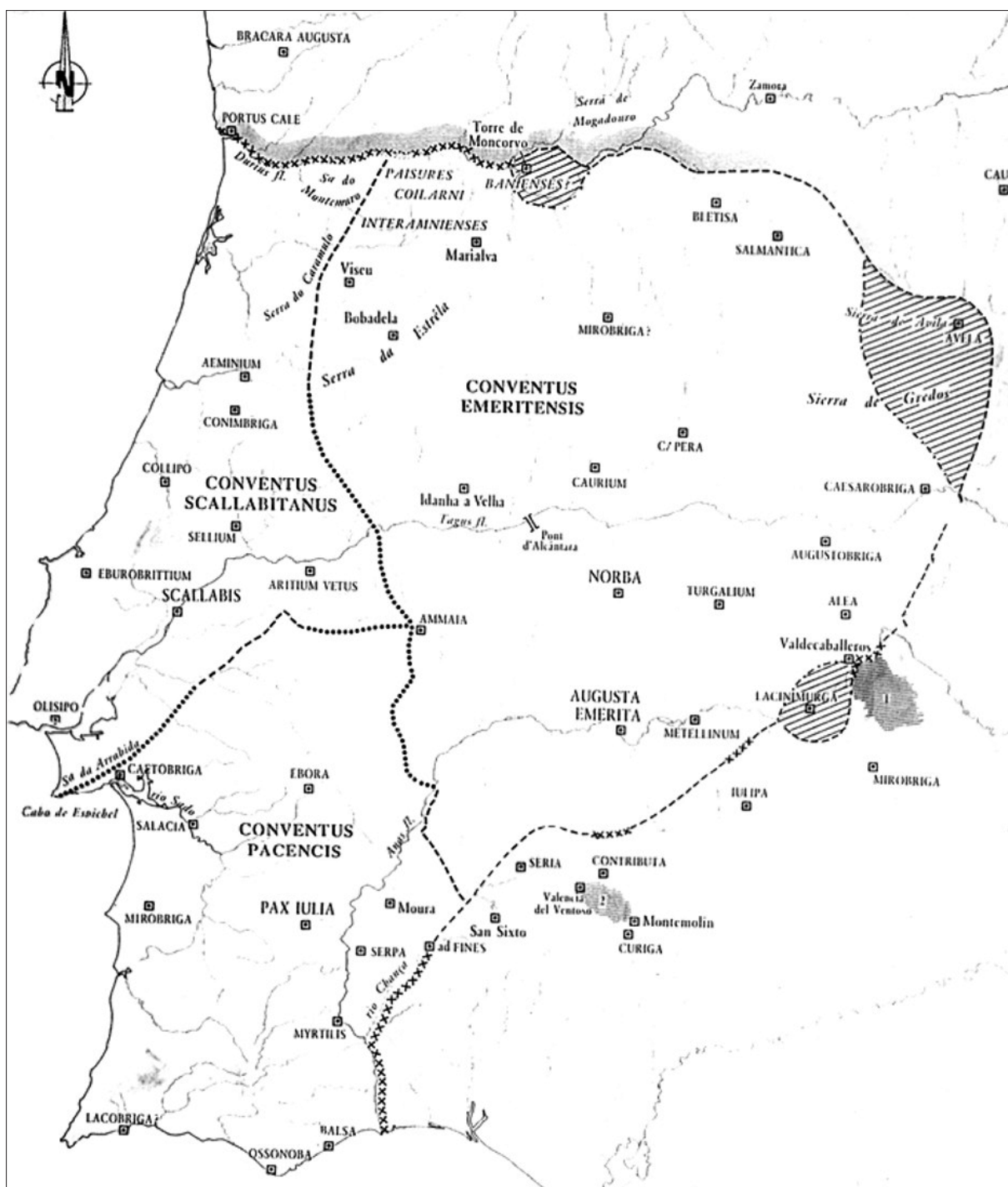


Fig. 1. Localização de Ammaia na Lusitania (base cartográfica In: *Les Villes de Lusitanie romaine: Hierarchies et territoires* : table ronde internationale du CNRS, Talence, le 8-9 decembre 1988 (Collection de la Maison des pays iberiques). Paris, CNRS, 1990.

atribuindo-lhe o nome de *Meidubriga* (Resende, 1593: 43, utilizo a edição de Rosado Fernandes, 1996: 101, v. também Guerra, 1996). A lição de Resende fez caminho e foi sendo repetida, por exemplo, por Amador Arrais, que foi bispo de Portalegre e terá conhecido bem o local. Nas duas edições dos seus Diálogos refere as ruínas de Aramenha: “Ruynada de todo jaz Myrobriga, ou Medobriga, que hora se chama Aramenha, junto de Maruão sobre o rio Seuêr (...) Em meu tempo se acharão nas suas ruinas muitas columnas, e sepulturas de mármores preciosos com elegantes letras; e algumas moedas de ouro

muito bellas, das quaes veo à minha mão huma” (Arrais, 1589, Diálogo III, Cap. VIII, p. 88 vº), informação reiterada na edição seguinte, com menção a nova moeda *“Huma que se bateo, & correo no tempo de Vespasiano Censor, & de Tyto Emperador (...) & outra do tempo de Trajano como se mostra de suas inscrições*” (Arrais, 1604, Diálogo IV, Cap. X, p. 114 vº-115).

Não registou Resende o nome de *Ammaia* ou *Amaea*, mais próxima da denominação de Ptolemeu, mas vamos encontrá-la nos *escólios* à sua obra, da autoria de Diogo Mendes de Vasconcelos, que localiza em Portalegre esta antiga cidade (Vasconcelos, 1593: 255, sigo de novo a lição de Fernandes, 1996: 217). Esta relação parece ter resultado da identificação de uma epígrafe conservada na igreja do Espírito Santo, em Portalegre, com a homenagem dos munícipes ammaienses a Lúcio Vero (IRCP 616). Vasconcelos não menciona esta inscrição, mas é possível que dela tivesse conhecimento - a mais antiga referência está nos diálogos de Amador Arrais (Arrais, 1604, Capítulo VIII, p. 112).

A associação entre a cidade romana e a moderna radica nesta epígrafe, embora as informações sobre o exacto local da sua recolha sejam contraditórias, como informa um outro autor local, Diogo Pereira Sotto Mayor, que escreveu a propósito das origens de Portalegre: *“Muitas e diversas opiniões há [...] uns dizem que daquela antiga cidade que está perto de Marvão, chamada Miróbriga ou Medóbriga, foi edificada esta nossa de que vou tratando e que tomou por nome Amaia, o que parece ter alguma cor de verdade, porque eu vi e li um litreiro [sic] que está em uma vasa [sic] de coluna, na Ermida do Espírito Santo extra muros desta cidade, escrito em letras romanas [...] Suposto que outros querem dizer que a cidade que atrás falamos, chamada Medóbriga, se chamava naquele tempo Amaia, e que este pé de coluna siria [sic] trazido daí, quando se edificou aquele templo onde ora está, como também veio muita pedraria para com ela se edificar a Santa Sé desta cidade e o mosteiro insigne de Nossa Senhora da Conceição*” (Sotto Maior [1616], 1984: 36). As modernas espoliações das ruínas da cidade romana reforçam a ideia de que estas estariam ainda bem visíveis quando se realizaram as grandes obras associadas à fundação do bispado de Portalegre.

Hübner no levantamento das inscrições da Península Ibérica, duvidou sobre a localização atribuída à cidade romana - *“non definio utrum eodem loco sita fuerit quo nunc Portalegre, ubi ex-tabat titulus n. 158 [o pedestal com a homenagem a Lúcio Vero] oppidi nomen exhibens, an potius paullo magis ad septentrionem versus prope Marvao, in territorio quodam sito in montibus serra de S. Mamede dictis, quod Aramenha vocant”* (CIL, II, 1869, p. 20) -, mas a definitiva associação do nome da cidade ao sítio arqueológico de S. Salvador da Aramenha aconteceu somente com a descoberta de um cipo contendo a homenagem da *civitas ammaiensis* a Cláudio (IRCP 615), recolhido em 1931, estudado e publicado por Leite de Vasconcellos (Vasconcellos, 1935). Contudo, esta identificação tardou a incorporar-se nos discursos sobre a cidade, persistindo longamente a referência ao local como *Medobriga* (v. Guerra, 1996).

I. 1. Um longo historial de espoliação e destruição

Não foi apenas para as obras de edificação da novel diocese de Portalegre, fundada em 1549, que as ruínas da cidade romana foram sendo espoliadas, o processo seria anterior e continuou com o conhecido desmantelamento do chamado arco de Aramenha em 1710, da Porta Sul da cidade, para ser remontado em Castelo de Vide, conferindo nobreza às suas novas fortificações (Mantas, 2010). Ironicamente, apesar de ter sido arrolado na primeira lista de Monumentos Nacionais portugueses (1880),

o arco acabou por ser destruído dez anos depois, ainda antes da publicação oficial dessa primeira lista onde, naturalmente, já não figurava.

O erudito extremeño D. José de Viu, nos meados do século XIX, refere que: “*en lo que va del presente siglo han sido extraídas á Inglaterra mas de veinte lindas estatuas de muy gran mérito entre otras muchas mutiladas y de otros preciosos restos*” (Viu, 1852: 214), sendo provável que tal acção se tenha devido a uma escavação realizada por iniciativa de Archibald Campbell, comandante das forças inglesas na Guerra Peninsular, algumas décadas antes. É o que podemos deduzir do diário de Alexander Dickson, que visitou o local em 1810, por duas vezes, a segunda das quais na companhia de Archibald Campbell e comentou: “*Colonel Campblell is determined to employ some of his people in digging here [no lugar da cidade de Ammaia] to see if he can discover any thing*” (citado em Stilow; Abascal; Cebrián, 2009: 43). Embora não se possa considerar elemento de categórica comprovação, encontrámos à superfície do terreno na zona da basílica do *forum* de Ammaia um botão de cobre do 3º Regimento de *Dragon Guards*, um dos corpos militares britânicos envolvidos no conflito peninsular. Será interessante confirmar esta ideia e desejavelmente identificar estas peças.

Algumas áreas das necrópoles da cidade foram sendo afectadas e espoliadas, nos anos seguintes, valendo então a intervenção de um grande proprietário local, António Eusébio Benito Maças, que resgatou uma parte destes materiais que doou ao Estado, pelo seu relacionamento com Leite de Vasconcellos, fundador do Museu Ethnológico Português, hoje Museu Nacional de Arqueologia – veja-se a correspondência entre ambos (Oliveira e Cunha, 1999). Foi recentemente exposta e publicada a colecção Maças depositada no Museu Nacional de Arqueologia (Quaresma s/d [2015]). As meritórias acções de Maças constituíram, porém, um paliativo à espoliação e descaminho que prosseguiu nos anos seguintes, apesar do reconhecimento do valor arqueológico da região ou talvez mesmo por isso. Num livro de viagens em Portugal de duas cidadãs inglesas, nos anos 40 do século XX, podemos ler este apontamento, registado no que chamaram “*o pouco conhecido lugar de Medobriga [...] um agricultor plantava um novo olival e em redor dos buracos feitos no barro pegajoso podiam ver-se inúmeros fragmentos de olaria; os que tinham sobrevivido às enxadas dos trabalhadores, sendo inclusivamente possível adquirir algumas requintadas garrafas de vidro por quem se aproximasse e oferecesse dez xelins por cada meia dúzia*” (Bridge e Lowndes, [1949], 2009: 26).

A passagem das duas inglesas por S. Salvador da Aramenha foi anterior à classificação das ruínas da cidade romana, mas esta não parece ter conhecido efeitos práticos na defesa do local, uma vez que, de um modo ainda menos compreensível e já depois da classificação como Monumento Nacional (Decreto nº 37 450, DG, 1ª série, n.º 129 de 16 junho 1949), ter a cidade romana sido segmentada nos inícios da década de 50 do século XX pela construção da Estrada Nacional 359, que estabelece a ligação entre Castelo de Vide e Portalegre. Na construção desta via, entre outras afectações que terão existido, verificou-se o corte de um grande complexo termal público, cujas ruínas eram e são parcialmente visíveis em cota positiva, bem como o canto sudeste da basílica do *forum*.

Embora tenha havido vários trabalhos sobre as epígrafes conhecidas no local (Guerra, 1996, com bibliografia), o que restava da cidade romana continuou vedado à investigação nas décadas seguintes, por manifesta animosidade dos proprietários face a qualquer iniciativa nesse sentido, como se pode apreciar no *Relatório* de visita de inspecção de João Manuel Bairrão Oleiro do ano de 1955, onde se percebe o

peso dos poderes fácticos nos tempos do Estado Novo: “quando já estava colhendo os dados para este relatório apareceram os rendeiros a querer expulsar-me, menos por vontade própria do que pelo receio das iras da proprietária [Condessa de Monsaraz], que lhes recomendara o maior cuidado na execução das suas ordens [interdição de qualquer visita], mesmo que se tratasse dos mais altos magistrados da Nação, a menos que levassem cartão seu” (Oleiro, 1955: 2). No mesmo Relatório, Bairrão Oleiro refere múltiplas situações conhecidas de afectação do sítio e de descaminho de materiais ali recolhidos.

A situação só se alterou pela notável iniciativa do engenheiro Carlos Melancia, que adquiriu os terrenos da antiga cidade romana e sua envolvente a Norte e constituiu, em 1997, a Fundação Cidade de Ammaia com o objecto de preservar, salvaguardar, investigar e divulgar a cidade romana.

I. 2. Trabalhos arqueológicos na cidade romana de Ammaia

A aquisição dos terrenos e a constituição da Fundação Cidade de Ammaia permitiram o início dos trabalhos arqueológicos no local. Estes têm decorrido de um modo contínuo, mas com diferentes equipas e distintas estratégias de abordagem. No historial das investigações podem identificar-se quatro etapas. A primeira, decorre de 1995 a 1999, tendo incidido em diversas áreas do sítio, Porta Sul, o chamado “*peristylum*”, as termas públicas junto do *forum* e os espaços domésticos sob o edifício da Quinta do Deão (Pereira, 2009), que não interessa aqui comentar, mas também na zona do *forum*. No ano de 1995 foi realizada a limpeza da estrutura do *podium* do templo (Oliveira *et al.*, 1996: 17-18), que esteve sempre visível, como se pode apreciar no registo fotográfico realizado na década de 50 do século XX pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e pela referência explícita que ao mesmo fez Bairrão Oleiro aquando da sua visita de inspecção (Oleiro, 1955: 2).

Nos anos seguintes, escavaram-se várias quadrículas (a estratégia de escavação então adoptada) que possibilitaram a identificação de toda a frente norte do edifício forense, constituída por um “criptopórtico” em forma de *pi* a rodear um *temenos* com o templo ao centro (Pereira, 2009: 46-49 e Anexo 11). Com esta identificação, conjugada com a visível afectação do canto sudeste da basílica do *forum*, pela abertura da EN 359, ficou delimitado o complexo, razão pela qual não se percebe a posterior publicação de estimativas erradas das suas dimensões, com reflexo nas plantas apresentadas, considerando-o um dos maiores *fora* da *Lusitania*, (Mantas, 2000: 414 e Fig. 5; Pereira, 2009: 48-49 e Anexo 11; Mantas, 2010: 175, Fig. 5). O conjunto das sondagens realizadas permitiu supor a existência de uma porta lateral do lado Nascente do complexo, pela identificação de uma aduela de arco de granito, registada na quadrícula A/605 (Pereira, 2009: 48; Mantas, 2010: 175-176; Corsi, Vermeulen, 2012: 72-74).

A segunda etapa das escavações na cidade de Ammaia, de 2000 a 2006, orientou-se para outras áreas, particularmente relacionadas com a valorização do sítio e conversão da casa agrícola da Quinta do Deão em museu monográfico (Pereira, 2009: 55 e ss.), não tendo sido realizados novos trabalhos na zona do *forum*.

A terceira etapa de trabalho na cidade romana, a mais relevante para o conhecimento do seu desenho urbano, mas também da dinâmica da sua ocupação, aconteceu no âmbito de um grande projecto internacional de abordagem não invasiva: Radio Past, que decorreu entre 2009 e 2012, embora com

ensaios anteriores, pelo menos desde 2001 (Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012: 126-127) - para uma contextualização do projecto v. VV AA, 2013 e Corsi e Vermeulen, s/d [2013]; para uma síntese dos resultados Corsi; Vermeulen, 2012; Corsi, 2014, com abundantes referências a estudos parcelares anteriormente publicados (**fig. 2**).

Finalizado o projecto Radio Past e tendo por base a relevante informação gerada, a partir de 2013, a equipa da Universidade de Lisboa ocupou-se dos trabalhos na cidade romana de *Ammaia*, agora numa perspectiva invasiva, ou seja, de escavação arqueológica, usando como guia o extenso manancial de informação proporcionado pela investigação não invasiva. O principal objectivo consistia em procurar estabelecer uma datação mais concreta para a instalação e primeiros tempos da cidade romana, a que poderemos chamar a etapa fundacional e, bem entendido, estudar o ciclo da sua ocupação e respectivas transformações até ao abandono final em época medieval. Para responder a estas questões, impunha-se escolher um local que presumivelmente estaria ligado a essa etapa fundacional e constituísse lugar central na cidade, por razões óbvias, o *forum* afigurava-se o mais adequado. Em simultâneo, entendemos que seria também interessante aferir através da escavação a qualidade da informação gerada pelos métodos não invasivos.

Por se tratar *Ammaia* de uma cidade romana fundada de raiz em sítio não previamente ocupado e num momento precoce da construção da paisagem romana da *Lusitania*, importava associar à investigação quem estudava a capital, *Augusta Emerita*, por constituir seguramente a fonte de inspiração, o foco de irradiação dos modelos romanos (urbanismo, arquitectura; técnicas de construção) para a



Fig. 2. Planta da cidade de *Ammaia*, obtida por meios não invasivos, fonte: Corsi; Vermeulen, 2012.

realidade aqui presente. Assim nasceu o projecto de cooperação transfronteiriço que ainda decorre com assinalável sucesso (Nogales *et al.*, 2020).

Como referi, o presente texto não pretende apresentar de um modo sistemático a informação até à data recolhida, suficientemente rica e complexa para merecer tratamentos de cariz mais monográfico. O que aqui se expõe são alguns apontamentos considerados suficientemente interessantes sobre a organização urbana de *Ammaia*, com especial atenção à sua etapa fundacional.

II. O FORUM

II. 1. Estrutura

O desenho do *forum* de *Ammaia* pode aferir-se pela conjugação das sondagens ali efectuadas nos anos 90, sem esquecer o canto sudeste da basílica, afectado e parcialmente revelado pela abertura da Estrada Nacional 359, mas também e sobretudo pelos sistemáticos e criteriosos levantamentos não invasivos realizados no âmbito do Projecto Radio Past, que delimitaram bem o edifício e identificaram as suas principais componentes (Pereira, 2009: 46-49 e Anexo 1; Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012; Corsi e Vermeulen, 2012; Persichini, 2012) (**fig. 3**). O que aqui se apresenta consiste no aprofundamento e validação destas informações, obtidos através de escavações.

O edifício corresponde a um típico *forum* bloco ou tripartido, orientado a Noroeste, com um *temenos* delimitado por suposto criptopórtico e integrando um templo ao centro, uma praça ladeada por *tabernae*, antecedidas por pórticos, num arranjo claramente simétrico e uma basílica de três naves, na outra extremidade da praça, em posição oposta ao *temenos*, um modelo bem conhecido um pouco por todo o mundo romano e particularmente na *Lusitania* (Persichini, 2012) (**fig. 3**). Obedece aos preceitos construtivos vitruvianos, com um comprimento de 88,6 metros (cerca de 300 pés) e uma largura de 65, 5 metros (c. de 221 pés), um pouco mais largo do que seria expectável, se bem respeitadas as proporções, em suma, o que já estava bem delimitado na sequência das acções atrás descritas (Pereira, 2009: 46-49 e Anexo 1; Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012; Corsi e Vermeulen, 2012; Persichini, 2012).

O topo norte constituído pela área sacra, *temenos*, está delimitado por um “criptopórtico” em *pi*, integrando ao centro um templo e uma parede ao longo de toda a largura do *forum*, marcando a separação relativamente à área da praça. Esta tem cerca de 38,10 por 30,80 metros (128x104 pés), delimitada por duas fiadas de *tabernae*, antecedidas por amplos pórticos de 5, 95 m de largura (c. de 20 pés), e rematada a sul pela basílica de 13,95 metros de largura (cerca de 47 pés), com um vão na parede norte abrindo para a praça. Alguns compartimentos no lado Oeste, no enfiamento da linha das *tabernae*, mas ao que parece no interior da basílica, poderão ser espaços associados à administração (cúria, *tablinium*), mas não realizámos ainda qualquer intervenção nessa área (**fig. 3**).

II. 2. Templo e pórtico

No topo Norte e no eixo central do complexo forense, situa-se o templo, sobre um *podium* de *opus caementicium*, revestido com silharia de granito, quase toda espoliada, sendo visíveis os negativos da sua presença. Na fachada, deveria existir uma escadaria frontal, flanqueada por duas construções

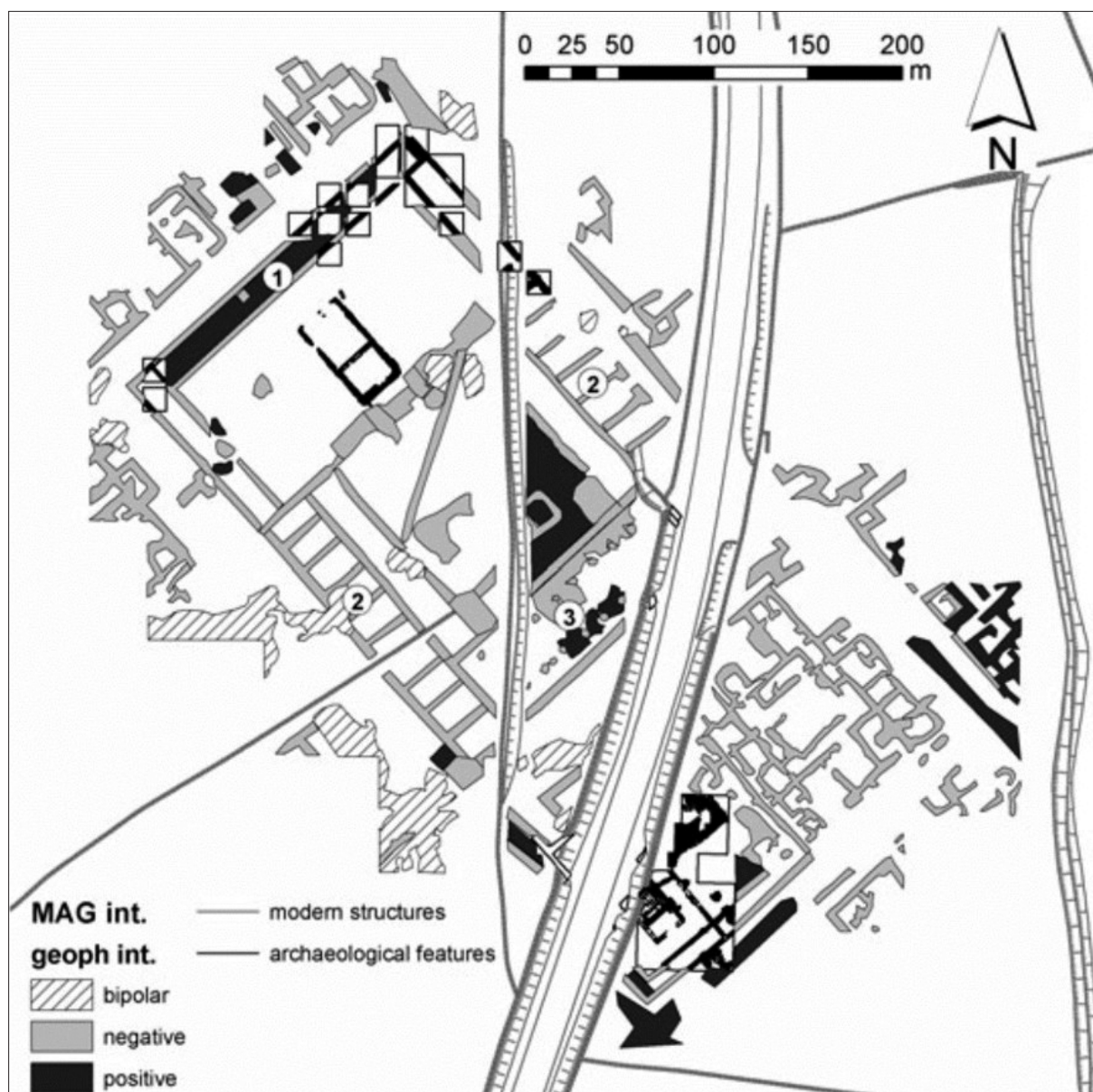


Fig. 3. Planta do *forum* de *Ammaia* obtida por meios não invasivos: 1 “criptopórtico” do *temenos*, 2 *tabernae*, 3 basílica, fonte: Vermeulen; Corsi; De Dapper, 2012.

salientes, que avançam na direcção da praça. Como se disse, parte deste *podium* esteve sempre visível, tendo sido objeto de limpezas e pequenas sondagens na primeira fase das escavações da *Ammaia*, a que acrescentámos algum trabalho ligeiro em anos mais recentes no topo do *podium*, mas nunca se tinha realizado qualquer intervenção na sua envolvente. Por se encontrar em boa parte a cota positiva, tampouco se realizaram prospecções não invasivas nessa área.

As escavações que ali efectuámos permitiram recuperar a fiada inferior de silhares do templo e um dos elementos da moldura, conservados na rectaguarda. Deste modo, pudemos precisar as suas dimensões: 22,6 x 10,5 m, ou seja, cerca de 76 x 35 pés, um pouco maior do que o anteriormente estimado, por se atender somente à parte visível do *podium*. Se excluirmos o embasamento da suposta escadaria de acesso, teríamos 18,8 x 10,5 m ou 63 x 35 pés, a tradicional relação 2 / 1, usualmente

registada nestes edifícios. Com fortes limitações decorrentes de trabalharmos com uma estrutura muito espoliada, parece poder tratar-se de um templo prostilo, tetrastilo, de *cella* simples, assente sobre uma subestrutura em aspa, constituída por duas paredes oblíquas, solidamente fixadas nos cantos internos da *cella*, cruzando-se num ponto central da mesma (**fig. 4**). As sondagens ali realizadas, meramente indicativas, permitiram recolher fragmentos de pequenas placas de mármore de diferentes origens e colorações, por certo elementos de uma decoração em *opus sectile*, de características difíceis de discernir, mas a diversidade cromática dos materiais não deixa lugar a dúvidas. Não conhecemos qualquer elemento de capitel, base ou fuste de coluna associado ao edifício. Um fragmento de fuste de granito com cerca de 73 cm de diâmetro (cerca de 2,5 pés), o único que presentemente conhecemos, reutilizado em construções tardias nas traseiras do templo, pelas suas dimensões, poderia ter pertencido às suas colunas, já que apresenta um diâmetro muito superior ao de outros fustes conhecidos em diferentes áreas da cidade.

A feliz circunstância de se ter conservado um dos elementos da moldura inferior do templo possibilitou a identificação do seu perfil em talão direito. A ausência dos restantes elementos, permitiu identificar também a linha de guia, rasgada na extremidade dos silhares inferiores, marcando o ponto onde

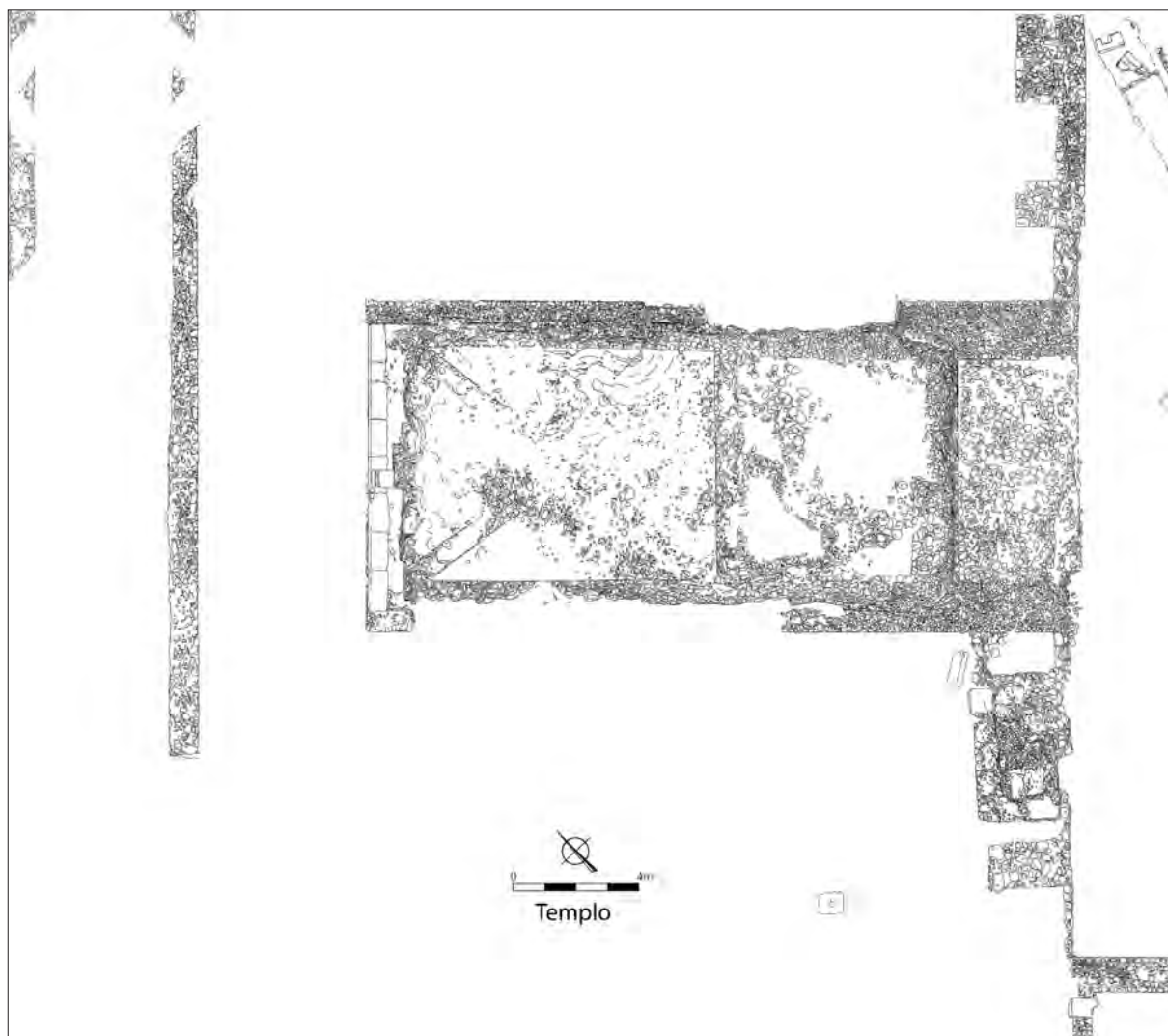


Fig. 4. Planta do templo do *forum* de Ammaia, desenho de João Aires / Fundação Cidade de Ammaia.

a moldura deveria assentar, uma interessante marca de arquitecto, invisível se a moldura se conservasse íntegra. Reconhecem-se também pequenas depressões na superfície dos silhares, destinadas a possibilitar o uso de alavancas para mover e assentar a fiada de elementos da moldura que se lhes sobrepunha (**fig. 5**). Recuperámos também entre os derrubes um elemento de canto da cornija do templo, em gola reversa. A conjugação de ambos elementos, moldura em talão direito e cornija em gola reversa, permite reconhecer o perfil do templo apesar das espoliações que sofreu, que corresponde a um modelo conhecido em outros templos forenses da *Lusitania* (**fig. 6**).



Fig. 5. Fiada inferior de silhares da rectaguarda do templo e um dos elementos da moldura inferior, bem como a linha guia deixada pelo arquitecto a indicar o lugar onde se deveria situar a moldura. São também visíveis as pequenas depressões no topo dos silhares destinadas a facilitar a movimentação dos blocos da moldura.



Fig. 6. Reconstituição do perfil do templo a partir dos elementos de moldura e cornija, fonte: João Aires / Fundação Cidade de Ammaia.

A espoliação do templo e reafecção da área posterior do *temenos* a outras funções começou ainda na Antiguidade, alvenarias grosseiras e materiais espoliados, como silhares, o mencionado fuste e até um pedestal epigrafado (Guerra, 2012-2013: 234-237) compunham construções precárias de finalidade desconhecida, onde se verifica a utilização da quartzite e fragmentos de material laterício (Fabião *et. al.*, no prelo a), um elemento de construção típico das fases tardias, como adiante se verá. Para além destas paredes, identificou-se uma zona de lareira construída com *tegulae*. Nestas unidades estratigráficas das traseiras do templo encontrámos fragmentos dispersos de ornamentos do *forum* e até um *dolium* enterrado em fossa bem como uma diversidade de materiais que sugere uma utilização prolongada com abundante residualidade de fragmentos cerâmicos mais antigos, os elementos mais interessantes para datar estas ocupações são algumas moedas da segunda metade do século IV. Em algumas zonas, detectámos restos de uma superfície de argamassa esbranquiçada que, pela cota a que se encontrava, poderá ter sido a base de assentamento de um dos pisos iniciais do *temenos*. Sob esta argamassa recolhemos uma moeda de Tibério cunhada em *Italica*, do tipo Altar [PROVIDENTIAE AVGVSTI] - RPC 64 (**fig. 7**). Embora de escasso valor datante, esta moeda, como outras encontradas na área do *forum* pode considerar-se interessante para o debate sobre a etapa fundacional da cidade (v. *infra*). Registe-se que estas estruturas tardias não foram detectadas nas prospecções não invasivas, provavelmente pela sua escassa entidade e irregularidade.



Fig. 7. Construções tardias na rectaguarda do templo, vendo-se o fragmento do grande fuste reutilizado, bem como a lareira sobre base de *tegulae* e restos da argamassa esbranquiçada base de um primitivo piso.

Como interessava conhecer a construção nos seus múltiplos aspectos e desejavelmente obter datações precisas para a obra, realizámos uma intervenção em profundidade junto do canto Noroeste do *podium*. A escavação foi esclarecedora, no que respeita ao considerável investimento edilício, mas absolutamente nula no que concerne à sua datação precisa. O templo foi construído sobre uma sequência de dois potentes massames de *opus caementicium*, por sua vez, assentes sobre um enrocamento constituído por toscos blocos de pedra de apreciável dimensão (**figs. 8 e 9**). A técnica consistiu em escavar uma cavidade, que foi preenchida por esta sequência, ou seja, não encontrámos qualquer vala de fundação em torno de eventual cofragem, foi simplesmente a escavação e alguma mobilização de terras que enformou os dois massames de *caementicium* e toda a terra envolvente apresentou-se estéril de materiais arqueológicos. Somente junto do canto noroeste do primeiro massame de *opus caementicium*, assentando sobre uma superfície que assinalava o contacto entre os dois embasamentos, identificámos um conjunto de elementos de xisto de apreciável dimensão, que poderiam eventualmente ter sido usados para conformar uma cofragem ou algo de similar. Contudo, quer as suas características quer a sua dispersão não permitem conclusões categóricas, para lá do registo da sua presença, materiais geologicamente alógenos e sem qualquer indício de terem sido usados na construção propriamente dita. O substrato do lugar onde se ergueu a cidade é maioritariamente constituído por xistos, mas muito frágeis (Taelman *et al.* 2012), bem diferentes na sua composição aos elementos identificados. Como adiante se verá, é interessante registar a presença do xisto neste contexto antigo.



Fig. 8. Alicerces do templo, constituídos por dois massames sobrepostos de *opus caementicium*, assentes sobre um enrocamento de grandes blocos pétreos. Note-se a presença dos xistos no nível de contacto entre os dois massames.



Fig. 9. Detalhe do enrocamento na base do alicerce do templo.

Foi sobre este potente embasamento que se ergueu o *podium* do templo, constituído também por camadas sucessivas de *opus caementicium*, revestido pela silharia granítica espoliada na maior parte do seu perímetro, excepção feita à aludida última fileira na traseira.

Uma ampla escavação na área envolvente permitiu verificar como os construtores do templo utilizaram diferentes volumes nos blocos de *opus caementicium* para criar uma superfície horizontal numa área de notória pendente (Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012: 133-4) (**fig. 10**). Uma vez mais, por ser



Fig. 10. Diferença de cotas do alicerce de *opus caementicium*, criando uma superfície plana numa topografia em suave declive sobre a qual se ergueu o templo.

talvez a etapa fundacional, os sedimentos da envolvente do templo, bem como os que preencheram o suposto criptopórtico revelaram-se totalmente estéreis de materiais arqueológicos.

Na escavação na zona lateral poente do templo identificámos, uma vez mais, a reutilização do espaço na Antiguidade Tardia, onde elementos decorativos do *forum* se misturavam com plataformas construídas com *lateres* e um abundante registo zooarqueológico indicadores de ter esta área funcionado como açougue durante o século IV, talvez mesmo até mais tarde, quando não haveria já qualquer dimensão sacra neste espaço (Fabião *et.al.*, no prelo a).

As escavações em torno do templo, quer na parte traseira, quer nas laterais, não revelaram remodelações significativas, parecendo que a construção conservou a arquitectura original até ao abandono definitivo da sua função, não encontrámos também qualquer indício de um revestimento marmóreo, parecendo que prevaleceu a imagem do granito, certamente estucado, talvez pintado. Contudo, como estamos a lidar com um edifício muito espoliado, de que resta quase só o embasamento do *podium*, sem qualquer vestígio dos seus ornamentos, esta observação terá de ser tomada com alguma reserva. Por outro lado, as já mencionadas placas de mármore de diferentes proveniências encontradas no interior da *cella*, pela sua diversidade e escassa espessura, sugerem poder tratar-se de uma decoração de *opus sectile* cronologicamente posterior ao momento inicial de construção.

Na zona norte do *temenos*, fizemos uma sondagem profunda junto da parede exterior do criptopórtico. Foi importante para recuperar informação sobre a sua construção, uma vez que as intervenções anteriores se orientaram sempre para o interior. Percebemos que foi realizada com elementos de granito de pequena / média dimensão, num *opus incertum* regular, revestido por reboco de argamassa de cal somente conservado em algumas zonas, talvez pintada, embora não tenhamos identificado nenhum indicador nesse sentido. A parede assentava em alicerce de *opus caementicium*. Pelo exterior, não se registaram alterações na sua estrutura, que se manteve sem remodelações visíveis, ao contrário do verificado nos tramos Nascente (Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012:133-134 e Fig. 10) e Poente do “criptopórtico” (Nogales et al. 2020). A inexistência de qualquer indício de elementos arquitectónicos sobrepostos ou derrubados, não encontrámos bases ou fustes nesta extensa área escavada, conjugada com as observações realizadas no interior desta construção, a Este da zona que escavámos, reforça a ideia de que teria sido uma construção de características peculiares, análoga à identificada no edifício forense de *Augusta Emerita*: uma estrutura erguida com um cuidado *opus incertum* de granito, somente parcialmente enterrada, como se depreende da presença dos rebocos na face voltada à zona do templo (Nogales Basarrate; Álvarez Martínez, 2006) (fig. 11). Em alguns casos, esta construção parece ter sido imediatamente preenchida com terra, como se verificou em anteriores sondagens de outro tramo (Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012: 131-133 e Fig. 9). Não teria outra função para além da de permitir a elevação do edifício forense sobre a área envolvente. Não está validada a ideia de que este pórtico pudesse ter recebido colunata e cobertura, como se sugeriu em reconstituição virtual (VVAA, 2013: 32).



Fig. 11. Sondagem realizada na parede do “criptopórtico” Norte voltada ao *temenos*. Um embasamento de *opus caementicium* sobre o qual se ergueu a parede de *opus incertum* de granito, que estaria rebocada, uma comprovação de que estaria apenas parcialmente enterrada.

Também nesta zona sondada observámos a mesma estratégia de construção usada para erguer o templo: escavação do substrato sedimentar e mobilização de grandes quantidades de terra, sem que se verificasse qualquer vala de fundação posteriormente preenchida. À semelhança do sucedido na escavação realizada na área do templo, não recolhemos qualquer material arqueológico passível de datar a construção. Por se observar este plano unitário na composição do *forum*, criptopórtico e templo devem ter obedecido a um mesmo projecto de construção.

A dinâmica de utilização desta extensa construção, que envolve toda a área do *temenos* terá sido complexa, uma vez que se documentaram duas áreas com vestígios de derrubes de coberturas cerâmicas (*tegulae* e *imbrices*), no canto Noroeste e num tramo a Sudeste (Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012: 132-133, Figs. 8 e 10), bem como outras alterações, que documentámos no tramo Poente e que adiante comentarei (Nogales et al., 2020). Um mais detalhado conhecimento da dinâmica de utilização desta estrutura impõe mais escavações.

II. 3. Parede de separação da praça e estrutura hidráulica

A prospecção não invasiva do *forum* permitiu identificar uma extensa parede a toda a largura do edifício, separando a área do *temenos* da praça, rodeada por novo pórtico em frente a duas linhas de *tabernae*. De um dos lados da parede do templo que enquadrava a escadaria central, foi identificada uma anomalia e observada uma superfície empedrada, com pequenas pedras, que suscitou a ideia de poder ali situar-se um tanque de água (Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012: 134-135 e Figs, 12 e 13), com provável estrutura similar, simétrica, do lado oposto da frontaria do templo, somente conjecturada, mas plasmada na reconstituição virtual do edifício (VVAA, 2012: 32). Reforçando um pouco esta ideia, identificou-se uma anomalia linear oblíqua, por isso, divergente de todas as outras estruturas sinalizadas, cruzando toda a praça, que foi correctamente interpretada como uma condução de água, canalização ou dreno (Corsi; Vermeulen, 2012: 72-73).

As escavações possibilitaram descartar a proposta dos tanques simétricos. De facto, há um conjunto de embasamentos espoliados visíveis ao longo da parede que separa o *temenos* da praça, que poderiam ser bases de epígrafes ou estátuas, assentes na zona de contacto entre os dois espaços, não se identificando qualquer vestígio dos supostos tanques. A face desta parede voltada à praça estava bastante espoliada, pelo que em muitas zonas se observava somente o seu enchimento.

Por outro lado, na zona Nascente, identificaram-se duas grandes peças de granito relacionáveis com a intuída estrutura hidráulica: um bloco paralelepípedo, vazado ao centro, possível sumidouro, e outro, com a face superior escavada em forma de U, semelhante aos elementos usados na condução de água para o interior da cidade ou na sua circulação na área urbana (Corsi; Vermeulen, 2012: 161-163). O ponto de onde parte ou chega esta condução de água foi somente sondado, sendo necessária a ampliação e continuação da escavação para determinar a sua natureza e função no complexo forense. Contudo, de momento, pode dizer-se que se confirma a existência dessa estrutura hidráulica, seja qual for a sua função concreta (**fig. 12**). Os materiais arqueológicos recolhidos no interior desta vala eram tardios, do século IV, mas pela posição estratigráfica em que se encontravam datarão mais uma fase da sua utilização do que a etapa de construção.

Mais interessantes se revelaram os materiais recolhidos na sondagem da face interna da parede junto ao piso de pequenas pedras: fragmentos de *terra sigillata* do tipo itálico e mais uma moeda de Tibério, cunhada em Itália (RPC 64), idêntica à encontrada na traseira do templo. A presença destes materiais, embora não documentem categoricamente a etapa construtiva inicial do complexo forense, constituem seguros indicadores de que em época Júlio-Cláudia se estaria a trabalhar no local.

II. 4. Pórtico Poente e entrada do edifício forense

A escavação realizada no limite Poente do encontro entre o criptopórtico e a parede que delimita por essa banda o *forum* revelou um conjunto de realidades diferentes. Por um lado, é evidente que o criptopórtico com o seu enchimento sedimentar funcionou como área de circulação, com duas escadarias formadas por grandes degraus de granito, possibilitando, por um lado, o acesso ao *temenos*, nessa fase já com um apreciável enchimento sedimentar, elevando o seu nível de circulação; por outro, a comunicação com um corredor de acesso à praça do *forum* desde a sua entrada Poente, delimitado pela parede da primeira *taberna* do lado Noroeste da praça e a que encerra a Sul o *temenos* (Nogales *et al.*, 2020: 22-24).



Fig. 12. Parede de separação entre o *temenos* e a praça do *forum*, vendo-se os elementos que pertencerão à estrutura hidráulica identificada nas prospecções não invasivas.

A sondagem realizada nesta área, se permitiu perceber a dinâmica construtiva, enchimento com sedimento apoiado nas paredes do primitivo criptopórtico, permitindo o acesso a ambas escadarias, não revelou qualquer elemento material que possibilitasse a datação dessa renovação (Nogales *et al.*, 2020: 25-27). De qualquer modo, foi possível perceber a remodelação construtiva da parede Poente do pórtico, com uma primeira fase de construção cuidada, com blocos de granito de pequena / média dimensão, formando um *opus incertum*, obra em tudo análoga à verificada no tramo Norte, posteriormente elevada num aparelho de *opus mixtum*, onde as fiadas do paramento parietal alternavam com fiadas de *lateres* de regularização sobre as quais se ergueram alvenarias de pedra (Nogales *et al.*, 2020: 27). A principal novidade desta remodelação, para além da mudança do aparelho, é a utilização da quartzite nas alvenarias, observada também em outras áreas do complexo forense e sua envolvente.

Esta parede do pórtico terminava na entrada Poente do edifício forense, ao que tudo indica simétrica à anteriormente intuída, mais do que verdadeiramente observada, do lado Nascente (Pereira, 2009: 48; Vermeulen; Corsi e De Dapper, 2012: 133).

Foi construída em grande aparelho de *opus quadratum* de potente silharia granítica, conformando um vão de 3,16 m, um pouco mais de 10 pés. A silharia das jambas da porta apresenta um cuidado rebaixamento das arestas, conformando um forte almofadado rústico, voltado ao que seria um *kardo minimus*, que ladeava o *forum* pelo lado Poente. Na parte traseira das jambas situam-se, respectivamente a parede de fecho do criptopórtico, no lado Norte, e a parede da primeira *taberna*, do lado Sul, conformando um corredor de acesso à praça do *forum* com 3,90 m de largura, cerca de 13 pés.

Em um momento de cronologia difícil de precisar, provavelmente associado à remodelação da parede do criptopórtico acima mencionada, a entrada recebeu uma nova soleira, a cota mais elevada. A nova soleira, construída com quatro blocos de granito, tinha na área correspondente ao corredor de acesso à praça três outros blocos enterrados, com a face superior ao nível da soleira. Estes blocos formavam as extremidades da nova entrada, conservando os elementos metálicos das caixas dos gonzos da porta, que seria de duas folhas. Um terceiro bloco, colocado ao centro, apresenta os característicos orifícios centrais que permitiam encerrar a porta, com ferrolhos verticais (Nogales *et al.*, 2020: 22-25) (**fig. 13**). Este vão não era perceptível nas prospecções geofísicas realizadas nesta área, por razões compreensíveis: a soleira, implantada no enfiamento da parede Poente do criptopórtico fornece uma anomalia linear contínua, não deixando perceber a presença do vão. Houve, por fim uma nova remodelação, na Antiguidade Tardia, que encerrou de vez o acesso a esta entrada, pela construção de uma parede linear de alvenaria de quartzite que o fechou por completo.

Numa primeira fase, a primeira *taberna* do lado Poente do *forum* teve um vão moldurado com *lateres* que permitia a comunicação directa com o *kardo*, mas foi encerrado por uma parede de alvenaria de quartzite, anulando essa passagem (**fig. 14**). Uma vez mais, não resulta fácil datar este encerramento, visto que no interior da *taberna* foi construído um tanque que se apoia nas traseiras da parede que encerrou o vão. Sublinhe-se que esta solução construtiva de delimitação de um vão com material laterício é o único caso até ao presente documentado na cidade de *Ammaia*. Nota-se, uma vez mais, a utilização da quartzite como material de construção, solução técnica recorrente nas construções tardias.

Diante da porta de acesso ao *forum* e em posição não conforme a um derrube conservado *in situ*, foram identificados nove silhares que constituíam oito das aduelas e aquela que parece ter sido a chave de um arco monumental que conformava a entrada (**figs. 15 e 16**). Os silhares apresentam dimensões que



Fig. 13. Porta poente do *forum*, delimitada por poderosa silharia granítica almofadada. Num segundo momento, a soleira foi elevada com novos elementos de granito.



Fig. 14. Porta da *taberna* do *forum*, abrindo a Poente, para o *kardo*, com o vão moldurado em material laterício. Em momento difícil de precisar, o vão foi encerrado com blocos de quartzite, talvez na sequência da remodelação das paredes exteriores do complexo forense.



Fig. 15. Elementos do arco que formava a entrada Poente do *forum*, deslocados para a área do pórtico do *kardo*, permitindo a manutenção do eixo viário.

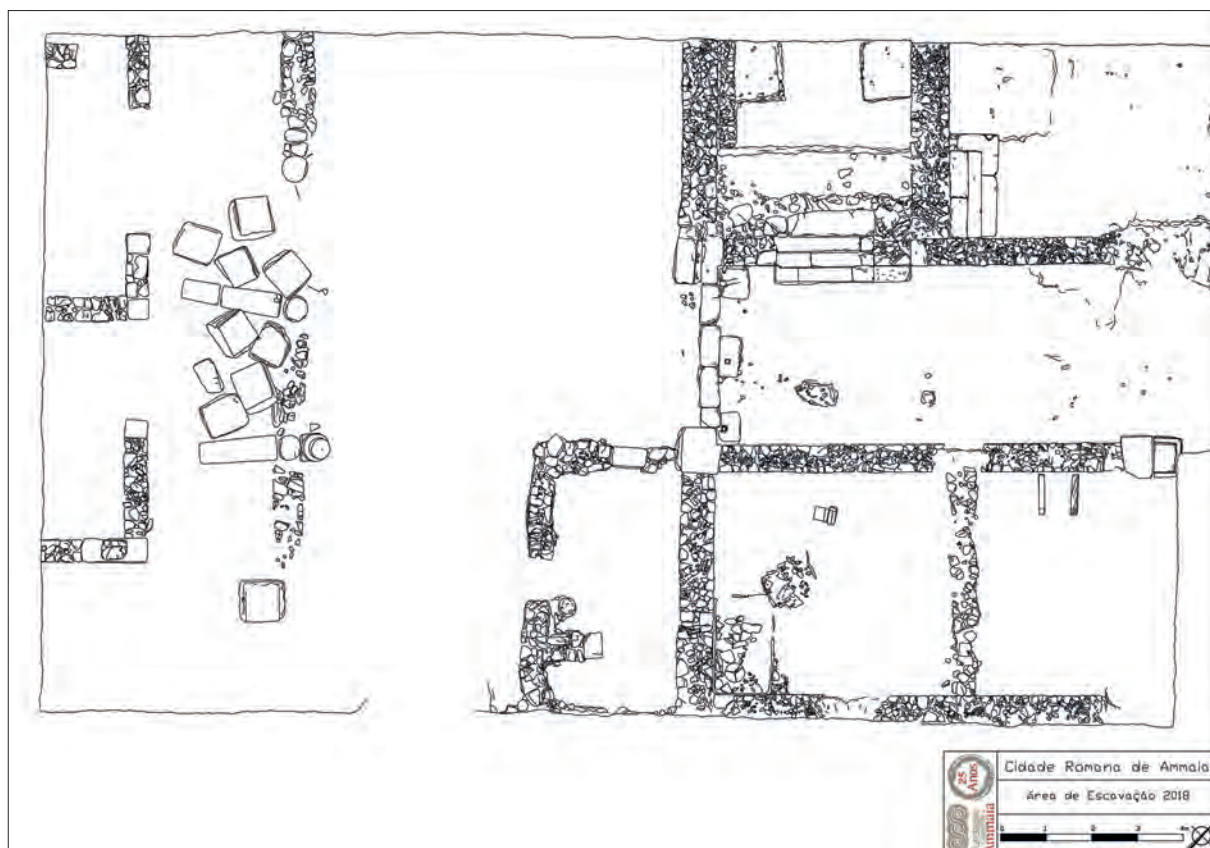


Fig. 16. Planta com representação do pórtico do *kardo*, elementos do arco de entrada deslocados. Uma construção tardia apoia-se na parede exterior do *forum*, definindo os limites da nova via, que mantém a orientação, desenho de João Aires / Fundação Cidade de Ammaia.

oscilam em torno dos 0,90 m de comprimento e os 0,33 de largura, cerca de 3 por 1,5 pés, a partir dos quais se tornou possível a reconstituição virtual do arco, que teria 3,28 m de luz, por 1,64 m de flecha, ou 11 por 5,5 pés, correspondendo a um clássico arco de volta perfeita com proporções canónicas (**fig. 17**). Todos os silhares apresentam um almofadado rústico análogo ao observado nos elementos das jambas e orifícios simétricos, que possibilitariam erguê-los com recurso a *forceps*. Como é habitual, estes orifícios não se encontram centrados, mas sim deslocados para uma das extremidades, para facilitar a sua movimentação quando se suspendiam. Registe-se como a composição deste arco se aproxima da observada no chamado “arco de Aramenha”, aquele que formaria a entrada da Porta Sul da cidade e que conhecemos somente pela fotografia da sua reconstrução em Castelo de Vide.

Os silhares foram deslocados do local onde teriam tombado quando a porta desmoronou, de modo a deixar livre o eixo do *kardo*. Uma observação interessante e que confirma o que se observou nas prospecções geofísicas: a manutenção e continuidade dos eixos de circulação no interior da cidade, até às etapas finais da sua ocupação (Corsi; Vermeulen, 2012). A primitiva via que flanqueava o *forum* seria muito larga, com cerca de 8,26 m, (27 pés) e, embora várias construções tardias se tenham apoiado no tardo das paredes do *forum*, tanto do lado do “criptopórtico”, como do lado da parede da *taberna* e que uma parede tenha mesmo fechado o acesso à entrada do complexo, uma vez mais, com reutilização de silharia e outros materiais espoliados, bem como abundante uso da quartzite nas alvenarias, estas construções, deixaram ainda uma via de 4,95 m (c. de 16 pés) no eixo do antigo *kardo*, que continuou a cumprir as funções de via de circulação até ao abandono final da cidade.

Do lado Poente da via, na zona para onde tinham sido deslocadas as aduelas do arco da porta da *forum*, identificámos um pórtico, não se verificando situação análoga do lado do complexo forense.

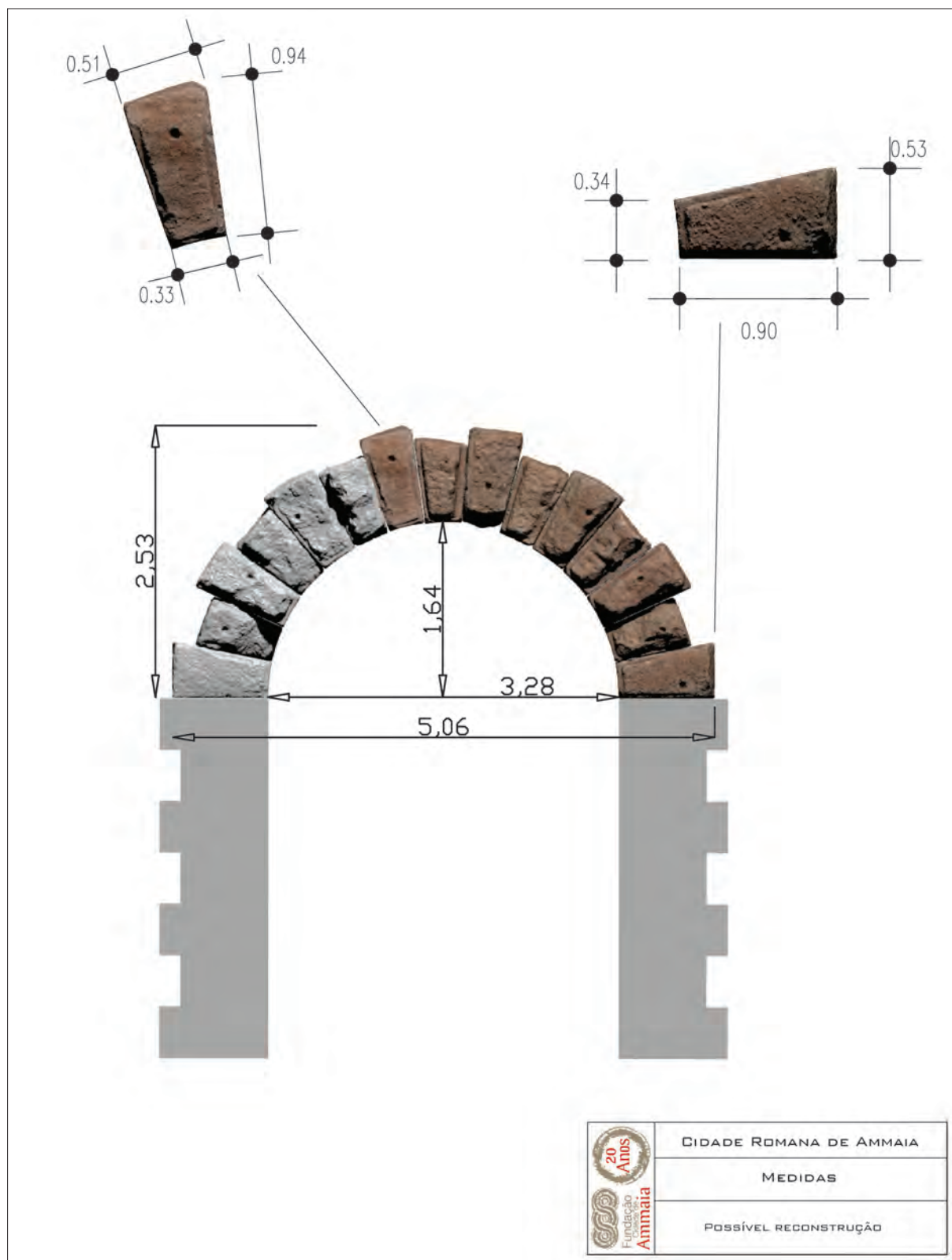


Fig. 17. Reconstituição do arco da entrada Poente do *forum* a partir dos elementos recolhidos, fonte: João Aires / Fundação Cidade de Ammaia.

III. UM DOS KARDINES QUE ACOMPANHA O FORUM DO LADO POENTE

Do lado Poente, identificámos um pórtico com quatro colunas conservadas *in situ*, embora partidas e na extremidade meridional um bloco que deveria constituir a base de outra, mas resultante de uma reconstrução / reformulação, na medida em que apresenta faces almofadadas e assenta sobre um pilar que se encontra à mesma cota daqueles sobre os quais se erguia a colonata do pórtico. Apresentava 2,77 m de largura, c. de 9 pés, e os intercolúnios definiam vãos de cerca 2,47 m entre si, excepto a quarta coluna, que tinha uma distância menor relativamente ao bloco reutilizado, marcando o final do pórtico, no eixo Norte-Sul (**figs. 15 e 16**). No limite Sul da área de escavação identificámos parte de dois blocos de granito, certamente também pilares, que deveriam sustentar colunas e configurar um novo pórtico, mas de orientação Este-Oeste. Em ambas faces superiores destes estão gravadas circunferências, com um rasgo exterior marcando o seu eixo, marcas de arquitecto, assinalando o ponto onde deveriam ser instalados os fustes das colunas (**fig. 18**).



Fig. 18. Marcas de arquitecto nos pilares que sustentariam a colonata de um novo pórtico, de orientação Este-Oeste identificados no limite Sul da área escavada.

No pórtico Poente foi possível compreender a sua história. Apresenta ordem toscana, revelada por um capitel que identificámos (**fig. 19**). Duas das colunas conservavam a totalidade dos fustes, partidos e tombados, pelo que se tornou possível a sua reconstituição virtual. Estariam assentes sobre pilares paralelepípedicos enterrados, sem bases, com cerca de 12 pés de altura (**fig. 20**). A presença de tijolos de quadrante com o mesmo módulo dos fustes permitira os ajustes necessários na configuração das colunas, sobretudo porque se conhecem as variações frequentes na altura do sumoscapo dos capitéis toscanos (Fernandes, 2001) (**fig. 21**). As colunas apresentem um diâmetro de cerca de 50 cm na base, estreitando para o topo até aos 43 cm, justamente o diâmetro apresentado pelo sumoscapo do capitel, reforçando a ideia de que este pode bem ser considerado já como parte do fuste, como bem observou Lúcia Fernandes (Fernandes, 2001).

O único capitel encontrado apresenta uma dimensão de ábaco de 58 cm de lado (c. de 2 pés) e uma altura de 11 cm, altura semelhante à do equino, com os já referidos 43 cm de diâmetro no sumoscapo (c. de 1,5 pés). Este elemento aproxima-se dos capitéis do chamado Grupo E, definido por Lúcia Fernandes no estudo que dedicou a estes elementos arquitectónicos de *Ammaia*, concretamente ao nº 12 do seu estudo (Fernandes, 2001). No caso vertente, temos a vantagem de possuir um contexto para esta peça e respectiva integração na arquitectura da cidade, o que permite supor que os outros capitéis análogos de menor escala recolhidos na cidade pertenceriam a espaços domésticos. O que já fora deduzido no estudo dos capitéis da cidade, peças fora de contexto, mas ainda assim muito abundantes, a ordem toscana teve uma particular relevância na arquitectura da *Ammaia*, como sucede na capital provincial e em várias outras cidades da *Lusitania* ocidental (Fernandes, 2008).

Embora as prospecções geofísicas tenham identificado muitas áreas porticadas no subsolo do sítio arqueológico, não registaram a presença do caso que aqui identificámos, mas documentam-se outras no seu enfiamento. Parece aceitável supor que esta solução arquitectónica poderia ter sido frequente, se não mesmo a norma na paisagem urbana.



Fig. 19. Capitel toscano do pórtico Poente do *kardo*.



Fig. 20. Reconstituição virtual da altura do pórtico, por remontagem dos elementos identificados, fonte: João Aires / Fundação Cidade de Ammaia.



Fig. 21. Montagem dos tijolos de quadrante recolhidos entre os derrubes, comprovando que apresentam a modulação das colunas.

Para lá do pórtico, pusemos a descoberto a parte da frente de duas casas, com amplos vãos abrindo ao pórtico e com as ombreiras molduradas com silhares graníticos, sendo o cunhal de uma delas também formado por um grande silhar do mesmo material. As alvenarias são pouco cuidadas e utilizam materiais diversos, quartzite, algum xisto e alguns fragmentos de *lateres* de simples uso expedito. Pelo menos uma das casas, a que se situa a Sul, tinha um piso superior que se desenvolvia por sobre o pórtico, como se aferiu pela distribuição dos seus derrubes. Não é possível perceber se essa foi uma opção inicial ou se a casa cresceu para cima do pórtico em etapa posterior. O mais interessante foi verificar que sob esta construção se encontrava uma outra mais antiga, ao que parece com a mesma planta (note-se que dispomos somente de uma informação parcial), mas totalmente construída com xisto.

A sequência estratigráfica que pudemos observar indica que esta *Ammaia* de xisto é coeva do pórtico construído em granito ou, eventualmente, um pouco anterior, mas tendo seguramente convivido com o dito pórtico (**figs. 22 e 23**). Somente mais tarde os grandes blocos de granito que molduram os vãos das casas e marcam o cunhal da casa Sul, associados às alvenarias de materiais distintos, formaram nova(s) casa(s) sobreposta(s) à(s) anterior(es). Como apenas observámos o exterior destas construções sobrepostas não conseguimos datar esta transformação, mas parece claro que, num primeiro momento, o granito destinaria somente às construções públicas e só mais tarde o seu uso se estendeu às arquitecturas domésticas.

Em etapa mais tardia, paredes de alvenaria pouco cuidada encerraram os intercolúnios, fechando o pórtico e destinando a sua área a outras funções, talvez residenciais. Nestas etapas, renovação da casa e fecho dos intercolúnios, as colunas permaneciam de pé e foi mesmo possível identificar um caso em que foi colocado um calço de xisto em uma delas, certamente para assegurar uma melhor estabilidade. Finalmente, quando as colunas colapsaram, o espaço terá sido abandonado, possibilitando a acumulação



Fig. 22. Perspectiva das paredes exteriores das casas (*tabernae?*) do pórtico Poente, vendo-se uma primeira fase de construção que utilizou somente o xisto, sobreposta por outra onde o granito marca as ombreiras e cunhal. É visível a relação entre esta etapa de construções de xisto e o pórtico de granito.



Fig. 23. Perspectiva do pórtico poente e das duas casas identificadas.

das aduelas do arco da entrada do *forum*, entretanto também tombado. Quanto à sequência mais tardia, de construção de novos espaços no tardo das paredes do complexo forense só poderemos deduzir que tais espaços conviveram com a ruína da parte Poente do eixo viário. Nesta zona, persistia a ocupação e uso da cidade, embora os seus habitantes convivessem com as ruínas.

De um ponto de vista cronológico, não se afigura fácil uma datação precisa destas distintas etapas de transformação. Será necessário processar e estudar o conjunto do acervo recolhido, sem esquecer que a zona mais extensamente escavada é a via, local onde por definição tende a existir grande acumulação de material residual. Contudo, obtivemos aqui informações relevantes sobre a etapa inicial. Recolhemos nos níveis de inferiores destas sequências estratigráficas, junto da base do pórtico, um significativo acervo de *terra sigillata* itálica, bem como moedas, que incluem cunhagens de Tibério de *Augusta Emerita* (RPC 42) e de *Calagurris* (RPC 448), um conjunto de materiais que consolida a ideia de um início da materialização urbana de *Ammaia* em época Júlio-Cláudia precoce, robustecendo substancialmente o magro acervo de *sigillata* itálica e de numismas desta época até à data conhecidos (Fabião *et.al.*, no prelo b).

IV. CONCLUINDO: ALGUMAS OBSERVAÇÕES E AINDA MUITAS INTERROGAÇÕES

Sublinhando uma vez mais que será ainda necessário o estudo mais detalhado dos acervos materiais recolhidos nas escavações da área central da cidade de *Ammaia* para melhor definir as principais etapas de transformação observadas, algumas observações se podem presentemente alinhar.

Em primeiro lugar, refira-se o imenso privilégio que é trabalhar sobre uma cidade romana sem qualquer aglomerado moderno sobreposto e dispondo de uma extensa e detalhada informação, resultante de criteriosas prospecções não invasivas em toda a sua área, circunstância inédita no contexto da *Lusitania*. O cruzamento da informação resultante das acções não invasivas com as intervenções de escavação permite-nos afirmar que tudo aquilo que é visível nas imagens geradas pela detecção remota corresponde a realidades conservadas no subsolo, havendo a circunstância de nem sempre os detalhes concretos poderem ser apreendidos sem o recurso à escavação, veja-se o caso da porta do recinto forense, não discernível a partir dos registos disponíveis. Verifica-se também que há realidades no subsolo que não foram documentadas nas prospecções, como as construções tardias, por exemplo. Mas, naturalmente, esta é somente uma questão supletiva, não o tema mais relevante.

As principais conclusões que resultam dos trabalhos realizados quer no *forum* quer no *kardo* Poente e respectivo pórtico, se não possibilitaram datações categóricas para a sua construção, forneceram um robusto acervo de cronologia Júlio-Cláudia para uma presença no local. Nestes trabalhos recolhemos um conjunto de fragmentos e de marcas de *terra sigillata* itálica que duplica o número de indivíduos relativamente ao que se conhecia antes, depois de décadas de trabalhos na *Ammaia* – compare-se Fabião *et al.*, no prelo b com Quaresma, 2021: 159-160; e o mesmo se pode dizer do acervo numismático, que também acrescentou um número significativo de exemplares em face do anteriormente conhecido (Ruivo, 2014: 336-337), como as mencionadas moedas do Principado de Tibério aos quais se acrescentam dois denários de Augusto, cunhados em *Lugdunum*, (RIC 207), encontrados em duas áreas distintas da zona Poente do *forum*. Temos assim, de um modo consistente, uma cronologia mais antiga do que se vinha supondo para o início da ocupação e configuração da área urbana. Quando a *civitas ammaiensis* homenageou em cipo de mármore o Imperador Cláudio (IRCP 615) a cidade deveria ter já suficiente entidade para acolher o memorial da homenagem, um elemento que ficaria seguramente bem no seu *forum*.

Interessante parece também o reconhecimento da dinâmica inicial da cidade, no que diz respeito aos materiais de construção utilizados. O granito, provavelmente, procedente das pedreiras da Pitaranha (Taelman *et al.*, 2012), foi utilizado nas edificações públicas, nos pórticos do *forum* e do *kardo*, bem como

no templo, forneceu ainda um considerável acervo de menor entidade presente nas paredes de *opus incertum*. Nas arquitecturas domésticas da fase inicial foi o xisto o material de construção e o granito só começou a ser usado mais tarde. Naturalmente, só com futuros trabalhos, incidindo no interior das casas identificadas no lado poente do *kardo*, poderemos precisar as cronologias destas duas etapas, aquela que somente usa o xisto e a outra, posterior, em que o granito passou a estar disponível para alguns detalhes das construções domésticas, ombreiras de vãos, cunhais. Ao que parece, a exploração e uso desta rocha já não existia nas fases tardias ou pelo menos estaria bastante limitada a sua disponibilidade. Aí, a quartzite é utilizada massivamente e os elementos de granito presentes nas construções resultam sobretudo de reutilização de material espoliado de edifícios mais antigos já sem uso.

Sobre o material laterício pouco se poderá dizer, de momento. Parece clara a sua utilização pontual em fase antiga, na moldura do vão de acesso à *taberna*, mas também na produção de tijolos de quadrante para a composição das colunas dos pórticos. Mais tarde, este material foi usado na *opera mixta* da renovação da parede Poente do edifício forense. Na zona da Porta Sul da cidade, essa técnica está presente na edificação das torres que flanqueavam a entrada, datadas de época Flávia (Pereira, 2009: 61 e seguintes).

A cal usada no *opus caementicium* poderia obter-se a curta distância nas formações calcárias da Escusa, onde foram historicamente importantes as suas caleiras.

Naturalmente, tenho presente de que dispomos somente de pequenas “janelas” de leitura destas dinâmicas urbanas, que carecem todas de mais robusta sustentação.

Na composição da paisagem urbana foi possível comprovar o uso da ordem toscana na composição do pórtico de um dos *kardines* secundários. Desde os trabalhos realizados sobre o conjunto de capitéis associados à *Ammaia* tinha ficado clara a relevância desta opção estética (Fernandes, 2001), em conformidade com o observado em *Augusta Emerita* e em outras cidades fundadas de raiz na *Lusitania* ocidental (Fernandes, 2008), mas aqui, pela primeira vez, pudemos registar o seu uso em contexto na cidade romana.

Olhando para o desenho urbano de *Ammaia* e para os detalhes conhecidos, resulta claro que esta cidade fundada de raiz em lugar não previamente ocupado resultou de uma cuidada planificação segundo os cânones romanos. Nos nossos trabalhos tivemos a felicidade de identificar algumas marcas de arquitectos, que nos remetem directamente para os agentes envolvidos no desenho da cidade e dos seus edifícios, algo que somente tinha sido observado por Theodor Hauschild no templo de Évora (Hauschild, 1986). Não conhecemos o nome desses agentes e a sua presença estava naturalmente implícita na paisagem urbana, mas resulta interessante registar estes pequenos apontamentos da sua intervenção concreta.

Estes avanços, sendo importantes em si, constituem também o caderno de encargos de futuras pesquisas, essenciais para uma melhor fundamentação do que ficou dito, indispensáveis para verificar algumas interrogações não esclarecidas. Enfim, um longo e estimulante caminho que continuamos e continuaremos a trilhar, sabendo que na investigação arqueológica o tom é mesmo o do conhecido poema de Antonio Machado: *no hay camino se hace camino al andar*. Assim vamos.

BIBLIOGRAFIA

- ARRAIS, D. FREI AMADOR, 1589: *Dialogos de Dom Frei Amador Arraiz Bispo de Portalegre*. Coimbra, Antonio Mariz Impressor.
- ARRAIS, D. FREI AMADOR, 1604: *Dialogos de Dom Frey Amador Arraiz... - Revistos, e acrescentados pelo mesmo autor nesta segunda impressão*. Coimbra: na officina de Diogo Gomez Loureiro.
- BRIDGE, A. e LOWNDES, S., [1949] 2009: *Duas inglesas em Portugal. Uma viagem pelo país nos anos 40. Tradução portuguesa de The Selective Traveller in Portugal, London: Evans Brothers Limited por Jorge Almeida e Pinho*, Porto: Quidnovi.
- CORSI, C. (dir.), 2014: *Ammaia II. The excavation contexts 1994-2011*. Ghent: Academia Press.
- CORSI, C. e VERMEULEN, F. (dir.), 2012: *Ammaia I: The Survey. A Romano-Lusitanian Townscape revealed*. Ghent: Academia Press.
- CORSI, C. e VERMEULEN, F., s/d [2013]: *Six years of research in Ammaia, building a European field laboratory for non-destructive archaeological survey*. Marvão: Fundação Cidade de Ammaia.
- ENCARNAÇÃO, J. D', 1984: *Inscrições romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra 1984. 2 vols.
- FABIÃO, C., BARRERO MARTIN, N., VIEGAS, C., NOGALES BASARRATE, T., GUERRA, A., MURCIANO, J. M., SABIO, R., CARVALHO, J., AIRES, J., MORENO RODRÍGUEZ, D., MACHADO, R., (no prelo a): "The city of Ammaia (Portugal) in "dark ages"", in *EMCITY 22, New approaches to Early Medieval Cities in the Northwest of the Iberian Peninsula*, Idanha-a-Nova, 24 a 26 de novembro de 2022.
- FABIÃO, C., NOGALES, T., BARRERO, N., GUERRA, A., CARVALHO, J., MURCIANO, J. M., SABIO, R., VIEGAS, C., BORGES, S., MACHADO, R. L. e MORENO, D., (no prelo b): "Novos dados sobre a etapa fundacional do fórum da cidade romana de Ammaia (Marvão)", in *Actas das VII Congresso da SECAH (Lisboa, 2024)*.
- FERNANDES, L., 2001: "Capitéis Romanos de Ammaia (S. Salvador de Aramenha – Marvão)", *O Arqueólogo Português*, série IV, 19: 95-158.
- FERNANDES, L., 2008: "A ordem toscana na Lusitânia ocidental: problemática e caracterização do seu emprego: a propósito das peças reutilizadas da Igreja de S. Pedro de Lourosa (Coimbra)", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 11, número 2: 231–270.
- GUERRA, A., 1995: *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: ed. Colibri.
- GUERRA, A., 1996: "Ammaia, Medobriga e as Ruínas de S. Salvador de Aramenha. Dos Antiquários à Historiografia Actual", in *A Cidade Revista Cultural de Portalegre*, 11 (nova série): 7-33.
- GUERRA, A., 2012-2013: "O projecto de investigação em Ammaia e os seus mais recentes contributos epigráficos", *Anas*, 25-26: 223-245.
- GUERRA, A., 2021: "Ammaia", in Nogales Basarrate, T. (ed.), *Ciudades Romanas de Hispania I*, Hispania Antigua, Serie Arqueológica 13, Mérida-Roma, L'Erma di Bretschneider: 177-186.
- HAUSCHILD, T., 1986: "Investigações efectuadas no templo de Évora em 1986", in *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1, Évora: IPPC: 93-98.
- HÜBNER, A., 1869: CIL II, *Inscriptiones Hispaniae Latinae* consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae edidit Aemilius Hübner.
- IRCP v. ENCARNAÇÃO, J. D', 1984.
- MANTAS, V. GIL, 2000: "A sociedade luso-romana do município de Ammaia", in Gorges, J.-G. e Nogales Basarrate, T. (eds.), *Sociedad y cultura en Lusitania romana (IV Mesa Redonda Internacional)*, Mérida, Junta de Extremadura: 391-420.

- MANTAS, V. GIL, 2010: “O Arco da Aramenha em Castelo de Vide”, *Humanitas*, 62: 321-336.
- NOGALES BASARRATE, T. e ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M., 2006: “Foros de Augusta Emerita. Espacios y símbolos de poder en Hispania”, in Navarro Caballero, M. e Roddaz, J.-M. (eds.), *La transmission de l'idéologie impériale dans l'Occident romain*, Pessac: Ausonius Éditions: 129-177.
- NOGALES, T., BARRERO, N., MURCIANO, J. M., SABIO, R., FABIÃO, C., GUERRA, A. e CARVALHO, J., 2020: “Lusitania: investigación y proyecto arqueológico en la ciudad romana de Ammaia. Primeros resultados y expectativas de futuro”, *Informes y Trabajos. Excavaciones en el exterior*, 19: 16-32.
- OLEIRO, J. M. BAIRRÃO, 1955: *Sobre as ruínas de Aramenha*, Relatório da visita de inspecção ao local, pelo relator, vogal da 2ª subsecção, da 6ª secção da Junta Nacional de Educação, dactilografado.
- OLIVEIRA, J. e CUNHA, S. S. S., 1999: “A cidade romana de Ammaia na correspondência entre António Maçãs e Leite de Vasconcelos”, *O Arqueólogo Português*, IV série, 11-12: 103-134.
- OLIVEIRA, J., FERNANDES, I. C., CAEIRO, J. O. S. e outros [sic] 1996: Cidade de Ammaia, Marvão. *Ibn Maruán*, 6: 15-22.
- PEREIRA, S., 2009: *A cidade romana de Ammaia. Escavações Arqueológicas 2000-2006*. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Marvão.
- PERSICHINI, S., 2012: Some considerations on the tripartite foruns [sic] of the Roman cities in ancient Lusitania, *Conimbriga*, 51: 35-74.
- QUARESMA, J. C., s/d [2015]: *Ad Aeternitatem. Os espólios funerários de Ammaia a partir da colecção Maçãs do Museu Nacional de Arqueologia*. Évora: Universidade de Évora, Museu Nacional de Arqueologia e Fundação Cidade de Ammaia.
- QUARESMA, J. C., 2021: *Le Commerce de Céramiques Fines à Ammaia. Une Ville du Sud de la Lusitanie (50 – 550 Apr. J.-C.)*. Oxford: Arcaheopress.
- RESENDE, A., [1593] 1996: *As Antiguidades da Lusitânia. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RUIVO, J. C., 2014: “V.7 As Moedas”, in Corsi, C. (dir.) *Ammaia II. The excavation contexts 1994-2011*. Ghent: Academia Press: 335-351.
- SOTTO MAIOR, D. PEREIRA, [1616] 1984: *Tratado da cidade de Portalegre. Introdução, leitura e notas de Leonel Cardoso Martins*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda / Câmara Municipal de Portalegre.
- STYLOW, A., ABASCAL, J. M. e CEBRIÁN, R., 2009: (apresentação de José d'Encarnação) – *Marvão e Ammaia ao tempo das Guerras Peninsulares*. Marvão: Ed. Colibri e Câmara Municipal de Marvão.
- Taelman, D., Vermeulen, F., De Dapper, M. e De Paepe, P., 2012: “The Stones of Ammaia: Use and Provenance”, in Gutiérrez, A., Lapuente Mercadel, M. P. e Rodà de Llanza, I. (eds.), *Interdisciplinary Studies on Ancient Stones. Proceedings of the IX Association for the Study of Marbles and Other Stones in Antiquity (ASMOSIA) Conference in Tarragona, 2009*. Tarragona: ICAC: 117-126.
- TOVAR, A., 1976: *Iberische Landeskunde: Die Völker und die Städte des antiken Hispanien. Las tribus y las ciudades de la antigua Hispania. II: Lusitanien*. Baden Baden: Verlag Valentin Koerner.
- VV AA (Vários Autores), 2013: *Ammaia: A Roman town in Lusitania / Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Évora: CIDEHUS – Universidade de Évora.
- VASCONCELLOS, J. LEITE DE, 1935: Localização da cidade de Ammaia. *Ethnos*, 1: 5-9.
- VERHEGGE, J., 2012: “II 5.E The forum integrated survey”, in Corsi, C. e Vermeulen, F. (dir.), *Ammaia I: The Survey. A Romano-Lusitanian Townscape revealed*. Ghent: Academia Press: 91-103.
- VERMEULEN, F., CORSI, C. e DE DAPPER, M., 2012: “Surveying the Townscape of Roman Ammaia in Portugal: An Integrated Geoarchaeological Investigation of the Forum Area”, in *Geoarchaeology an International Journal*, 27 (2):123-139.

VIU, D. J. DE, 1852: *Estremadura. Colección de sus Inscripciones y Monumentos, seguida de Reflexiones Importantes sobre lo pasado, lo presente y el provenir de estas provincias*. Madrid: Imprenta de D. Pedro Montero.

Hipertextos:

Cidade Romana de Ammaia, Portal do Arqueólogo

<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=48078>

Consultado em junho de 2024

Cidade Romana de Ammaia, SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=1844

Consultado em junho de 2024



STVDIA
LUSITANA



FUNDACIÓN
DE
ESTUDIOS
ROMANOS



MINISTERIO
DE CIENCIA, INNOVACIÓN
Y UNIVERSIDADES



Cofinanciado por
la Unión Europea



AGENCIA
ESTATAL DE
INVESTIGACIÓN



MINISTERIO
DE CULTURA



MAR
MUSEO
NACIONAL
DE ARTE
ROMANO

JUNTA DE EXTREMADURA



MÉRIDA
AYUNTAMIENTO



fundación